



MÁRIO DOS ANJOS  
DE JESUS

## **ENSINO PROFISSIONAL: VOCAÇÃO OU RECURSO?**

**Dissertação corrigida de acordo com as propostas do  
Júri.**

Relatório de Dissertação de investigação do  
Mestrado em Administração e Gestão Escolar do  
Instituto Politécnico de Setúbal

### **Orientador:**

Professor Doutor António Vasconcelos

**10/2020, Setúbal**

### **Dedicatória**

*“À minha Mãe, e irmãos, à minha esposa e meu filho e, a toda minha família que, com muito carinho e apoio, não mediram esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.”*

## **Agradecimentos**

À minha família pelo incansável apoio e estímulo;

Ao Professor Doutor António Vasconcelos, pela orientação do presente trabalho, pelo acompanhamento permanente ao longo do processo de elaboração da tese, pelo grande empenhamento, rigor e disponibilidade sempre demonstrados, pelo esclarecimento de dúvidas e pelas sugestões e indicações prestadas e, sobretudo pelo seu perfil humano e profissional;

A todos os Professores da parte curricular do Mestrado, pelo grande profissionalismo, pela abertura de espírito e pelo incentivo e grande ajuda com o fornecimento de material para a realização deste trabalho.

## **RESUMO**

A presente dissertação tem como objetivo principal analisar as percepções de jovens a frequentar o ensino profissional, nomeadamente como caracterizam o ensino profissional, quais os motivos que os levaram a escolher esta modalidade de ensino e quais as suas expetativas para o futuro após concluírem o curso que os prepara para a entrada do mercado de trabalho.

Os dados recolhidos permitiram concluir que, apesar do ensino profissional estar associado a uma última oportunidade para alunos com insucesso escolar associado, este é uma opção viável e ponderada para jovens que pretendem um ensino mais prático e instrumental, tomada de forma autónoma ou por influência de terceiros, em detrimento de um currículo mais generalista, tendo como expetativas futuras o ingresso no mundo do trabalho mas também o prosseguimento dos estudos para a via universitária, especialmente para o ensino politécnico, também caracterizado por ser mais prático.

O trabalho divide-se em duas partes: uma primeira parte teórica onde foram explicitados os principais conceitos ligados ao ensino profissional, nomeadamente definições, organização, modalidades de avaliação. A segunda parte diz respeito ao estudo empírico, que teve como paradigma metodológico o qualitativo, tendo-se analisado as entrevistas de 24 alunos de uma turma de um curso profissional.

**Palavras-chave:** Sistema Educativo, Ensino Profissional, Cursos Profissionais, Mercado de Trabalho

## **ABSTRACT**

This dissertation aims to analyse the perceptions of young people attending a professional course on professional education, namely how they characterize professional education, what are the reasons that led them to choose this type of education and what are their expectations for the future after complete the course that prepares them for entering the labour market.

The data gathered led to the conclusion that, despite the stigma attached to professional education, namely the fact that it is a last chance for students with associated school failure, this is a viable and thoughtful option for young people who want a more practical and instrumental teaching, making autonomously or under the influence of others, to the detriment of a more generalist curriculum, with future expectations of entering the world of work but also pursuing university studies, especially for polytechnic education, also characterized by being more practical.

This work is divided into two parts: a first theoretical part explaining the main concepts linked to vocational education, namely definitions, organisation, evaluation methods. The second part concerns the empirical study, which had as methodological paradigm the qualitative one, having analyzed the interviews of 24 students of a class of a professional course.

**Keyword:** Education System, Professional Education, Professional Courses, Labor Market

## ÍNDICE

RESUMO .....	4
ABSTRACT .....	5
ÍNDICE DE TABELAS .....	8
ÍNDICE DE FIGURAS .....	9
INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	12
1.1. As profissões e a formação .....	12
1.2. A escola e o mercado de trabalho .....	14
1.3. Os professores.....	19
1.4. Políticas para a formação profissional .....	20
CAPÍTULO II - O ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL .....	22
2.1. Origens e Desenvolvimentos .....	22
2.2. Características do modelo: continuidades e mudanças .....	30
2.3. Escolas, cursos e estudantes.....	32
CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO.....	42
3.1. Contexto de Estudo.....	42
3.1.1. O Agrupamento e a Escola.....	42
3.1.2. O Curso e a Turma .....	47
3.2. Caracterização da Investigação.....	50
3.2.1. A Investigação Qualitativa .....	50
3.2.2. Recolha, Análise e Tratamento de Dados .....	52
CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS .....	58
4.1. Diferenças entre o ensino profissional e o ensino regular .....	58
4.2. Motivos de escolha do Ensino Profissional .....	64

4.3. Percepções sobre o curso .....	68
4.3.1. Do percurso escolar.....	68
4.3.2. Dos pontos fortes e dos pontos frágeis.....	70
4.3.3. Perspetivas de futuro .....	73
CONCLUSÃO.....	76
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	79
ANEXOS .....	84
Anexo 1 – Guião da Entrevista .....	84
Anexo 2 – Análise de Conteúdo das Entrevistas .....	85

## ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1: Alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes, por tipologia de curso, no Continente (2000/01; 2008/09; 2014/15) (DGEEC/MEC - Dados atualizados em outubro de 2016).....	23
Tabela 2: Percentagem de alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes, no Continente (2000/01 a 2014/15) (DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015).....	25
Tabela 3: Razões para escolher um curso profissional (OTES/GEPE -2007/2008).....	34
Tabela 4: Razões para o ingresso num curso do ensino regular (OTES/GEPE -2007/2008) .....	35
Tabela 5: Total da população residente na freguesia de Corroios segundo género em 2001 e 2011 .....	44
Tabela 6: População residente segundo o nível de escolaridade atingido – Corroios....	45
Tabela 7: População economicamente ativa – Corroios, Censos 2011 .....	45
Tabela 8: Número de Docentes por Idade e Tempo de Serviço (antiguidade).....	46
Tabela 9: Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas João de Barros .....	47
Tabela 10: Matriz Curricular Curso Profissional de Técnico de Gestão de Programação de Sistemas Informáticos.....	49
Tabela 11: Intervalo de idades dos pais dos alunos da Turma 12ºI.....	49
Tabela 12: Distribuição das habilitações académicas dos pais dos alunos da turma 12ºI .....	50
Tabela 13: Alunos da turma do 12ºI com apoios sociais e abono familiar .....	50
Tabela 14: Grelha da entrevista aos alunos da Turma do 12º I .....	53
Tabela 15: Tabela de codificação de entrevistas (fonte: Bardin, 2009) .....	56
Tabela 16: Áreas de Formação dos Cursos Profissionais.....	59
Tabela 17: Carga horária de um curso secundário regular .....	62



## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: O Sistema Educativo Português (fonte: Eurydice, 2007) .....	18
Figura 2: Alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes 2000/2001 (DGEEC/MEC – dados atualizados em outubro de 2016) .....	24
Figura 3: Alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes 2000/2001 (DGEEC/MEC – dados atualizados em outubro de 2016) .....	24
Figura 4: Jovens em vias profissionalizantes 2001-2015 (DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015) .....	25
Figura 5: Escolas que constituem o Agrupamento Escolar João de Barros (fonte: Agrupamento de Escolas João de Barros - Projeto Educativo 2016/2020) .....	42

## INTRODUÇÃO

Devido à Revolução Industrial, surgiu a necessidade de se formar uma classe de trabalhadores qualificados adaptados ao novo paradigma produtivo da época, tendo, assim, surgido deste modo o ensino técnico-profissional, orientado para a aprendizagem de uma profissão específica, permitindo que os jovens ingressem no mundo do trabalho no final da sua aprendizagem.

Este ensino sempre foi considerado como uma alternativa para todos aqueles que quisessem um ensino que os catapultava mais rapidamente para o contexto profissional, oferecendo assim mais oportunidades a todos aqueles que pretendam a conclusão do ensino básico. Inicialmente associado, estão, as classes sociais mais baixas, o ensino profissional foi adquirindo cada vez mais importância, apresentando, ainda hoje, uma importância significativa no sistema de ensino nacional.

Tendo, assim, em conta o carácter de alternativa ao ensino normal, o ensino profissional cumpre vários objetivos tais como a contribuição para o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais para um exercício de uma profissão; privilegiar ofertas formativas que correspondam às necessidades de trabalho locais e regionais e por fim a preparação para que os alunos sejam capazes de ingressar em formações pós-secundárias ou de ensino superior se assim for o seu desejo.

Deste modo, torna-se importante saber o que pensam os principais intervenientes, os alunos, sobre este tipo de ensino, e quais os principais determinantes que influenciaram as suas escolhas, assim como quais as opiniões que têm sobre os próprios cursos, e quais pensam ser as implicações futuras da sua escolha por este tipo de ensino. Surge, então, o interesse em realizar um trabalho neste sentido de forma a aceder às perceções e expectativas destes alunos.

Assim, a presente dissertação de mestrado tem como tema principal o ensino profissional em Portugal pretendendo aceder as perceções que os alunos que ingressam por esta modalidade de ensino têm sobre o mesmo. Para tal, realizou-se um estudo de caso junto de uma turma de 24 alunos de ensino profissional a frequentar o curso de técnico de gestão

e programação de sistemas informáticos, de forma a perceber o que consideram do seu curso, quais os seus pontos fortes e pontos fracos, as suas principais motivações para terem ingressado num curso desta natureza e quais as suas perspetivas do futuro.

A presente dissertação é um estudo de caso apoiado no paradigma de investigação qualitativa, estando este trabalho organizado em vários capítulos. O primeiro capítulo diz respeito ao enquadramento teórico, onde é realizada uma revisão da literatura para enquadrar os principais aspetos teóricos e o estado da arte sobre o presente tema, recorrendo a monografias, artigos científicos, documentos e relatórios oficiais. Neste capítulo é focada a história do ensino profissional e as suas principais características, assim como outros temas relacionados com o ensino, como é o caso da relação entre a escola e o mercado de trabalho. No quarto capítulo será apresentada a metodologia, explanando, deste modo os métodos, técnicas de recolha de dados e também a amostra e as suas características principais. Nesta fase, será ainda apresentada toda a informação sobre a recolha de dados. O terceiro capítulo, a Análise e Discussão dos Resultados é realizada a análise dos dados, e discutido os mesmos face aos resultados obtidos em estudos anteriores. Finalmente serão apresentadas as conclusões sobre o estudo realizado, nomeadamente, que o ensino profissional é uma verdadeira opção viável e ponderada para jovens que pretendem um ensino mais prático, em vez de ser uma última oportunidade para alunos com insucesso escolar associado. Neste capítulo, serão igualmente apresentadas as limitações da investigação realizada, assim como as recomendações e sugestões para futuras investigações a realizar e explorar sobre a presente temática. Em anexo encontram-se as categorias Guião da Entrevista Anexo I e Anexo 2 – Análise de Conteúdos das Entrevistas.

## **CAPÍTULO 1 - A EDUCAÇÃO E O MERCADO DE TRABALHO: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

### **1.1. As profissões e a formação**

Para que uma pessoa se torne um profissional, um especialista numa determinada área deve ter uma formação adequada para o desempenho de uma determinada profissão. Deste modo, o presente capítulo irá apresentar os conceitos associados à profissão e à formação profissional, de forma a perceber a importância desta última para o desempenho de uma profissão.

Etimologicamente, a palavra profissão deriva do latim *profesione*, significando o ato ou efeito de professar, ou seja, a transmissão pública de um saber, de uma crença, sentimento ou opinião que conduz a uma atividade especializada que requer uma determinada profissão (Targino, 2000). Deste modo, pode-se dizer que um profissional é visto, pela sociedade, como um indivíduo que possui um conhecimento específico para a realização de uma determinada tarefa, apresentando-se credível para resolver problemas e situações relacionadas com a área da sua especialização.

Durante a história da humanidade, as profissões foram adquirindo uma história, uma configuração social, tendo acumulado conhecimentos, técnicas, hábitos e expectativas sobre o que é a profissão e o que se espera dela, sendo que o profissional, na grande parte das vezes, assume essas técnicas e hábitos sem os questionar de forma reflexiva (Amendoeira, 2012).

Na sua obra, é inspirado pelos estudos na área das profissões realizados pelos sociólogos funcionalistas americanos, Diniz (2001) identificou várias características que diz serem comuns a todas as profissões, sendo estas que as distinguem das ocupações:

- A presença de um corpo de conhecimento específico, especializado e abstrato;
- Autonomia no que toca ao exercício profissional;

- Capacidade de se autorregulamentar;
- Existência de procedimentos para credenciamento profissional;
- Exercício de autoridade sobre os clientes;
- Publicação de um código de ética.

As profissões são, então, uma especialização de um determinado trabalho, podendo esta ser certificada por uma educação formal. Esta formação vai contribuir para o sucesso de uma profissão, legitimando a delimitação clara do seu campo de competência e de ação, interagindo, também, com outras profissões (Cunha & Crivellari, 2004). Neste sentido surge a importância da formação profissional para o desempenho de uma determinada profissão.

A Organização Internacional do Trabalho avançou, em 1999, uma definição geral de formação profissional. Para esta organização este tipo de formação diz respeito a um processo organizado de educação tendo como principal objetivo o enriquecimento dos conhecimentos, o desenvolvimento das capacidades e a melhorias dos comportamentos e das atitudes, tendo em vista a aquisição ou o aumento de competências profissionais, contribuindo, assim, para a felicidade e realização pessoal do indivíduo, assim como o desenvolvimento socioeconómico e cultural da sociedade (Cardim, 1999).

Deste modo, e de acordo com Fialho, Silva e Saragoça (2013), formação profissional apresenta-se como um processo de capacitação do trabalhador para uma determinada profissão da qual se espera um determinado desempenho, caracterizado por certas competências profissionais mais também, ao mesmo tempo, por competências sociais e humanas.

Pode-se dizer que um dos principais objetivos da formação profissional é dotar o indivíduo de novas competências ou aperfeiçoar aqueles que já possui, de modo a que possa exercer as funções associadas à sua profissão com o máximo de eficácia possível. Ao mesmo tempo, a formação profissional encontra-se intimamente ligada com a satisfação do trabalhador, uma vez que contribui para o seu desenvolvimento pessoal, económico e social (Bernardes, 2011). Os fatores que causam satisfação do trabalhador estão relacionados com a própria tarefa, com o reconhecimento pela realização da tarefa,

pela natureza da tarefa, responsabilidade, promoção profissional e capacidade de melhor executá-la, sendo que esta última apenas se consegue como uma formação profissional adequada.

A formação numa determinada profissão permite que o indivíduo adquira conhecimentos necessários que irão permitir que este execute tarefas específicas. Ao ensinar uma determinada profissão, a formação profissional tem a capacidade de reduzir o nível de desemprego e pobreza, contribuindo para o desenvolvimento de uma nação. Neste sentido, Sadiq, Kire & Kwairanga (2002) consideram a formação profissional de extrema importância pelos seguintes motivos:

1. Preparar o aluno para ingressar num emprego e promover a carreira escolhida;
2. Atender às necessidades de mão-de-obra da sociedade;
3. Aumentar as opções disponíveis para cada aluno;
4. Permitir que o aluno selecione de forma racional e refletida a sua futura carreira.

## **1.2. A escola e o mercado de trabalho**

A escola é uma instituição concebida para o ensino de alunos sob a direção de professores (pode também ser o edifício físico onde se dão as aulas).

Entendemos a escola como uma organização indispensável ao indivíduo dos tempos modernos como forma de enriquecimento das experiências de socialização e da dinâmica das relações interpessoais (Dias, 1996). É um grupo artificial, social e formal com rotinas e procedimentos bem explícitos onde se realiza por excelência o ato educativo na sua forma mais formal (Dias, 1996).

Olhando para a história da humanidade é possível reparar que nenhuma sociedade alcança o seu pleno desenvolvimento se não garantir a todos os seus cidadãos as condições para uma vida digna, com qualidade física, psicológica, económica e social (Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2004)

Neste cenário, a educação tem um papel fundamental, sendo que a instituição escolar é o espaço no qual a população tem acesso ao conhecimento, com a possibilidade de apreensão de saberes de forma a serem ferramentas essenciais para o exercício diário efetivo da cidadania. (Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2004) É no dia-a-dia na escola que crianças e jovens têm acesso aos diferentes conteúdos curriculares, essenciais para a sua vida futura, sendo que estes conteúdos são organizados de forma a garantir a ação pedagógica em pleno, contribuindo para o sucesso da aprendizagem no aluno. (Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade, 2004)

A Escola e a necessidade de aprendizagem nem sempre foram um direito considerado universal para todas as pessoas. Até ao final do século XIX, o “ir à escola” era um privilégio associado apenas à classe alta e dominante (Roiz, 2018). Nessa altura, e devido à pressão das classes trabalhadoras, à divisão social do trabalho, à necessidade de uma força de trabalho mais qualificada e especializada dá-se a generalização do ensino por todas as classes socioeconómicas (Roiz, 2018). Nos tempos primitivos a educação era responsabilidade de toda a comunidade, ou seja, a escola era a própria aldeia. Com a divisão social do trabalho a escola funciona como um lugar especializado onde uns aprendem e outros ensinam. (Roiz, 2018)

Como referem Pires, Fernandes & Formosinho (1991, p. 78)

*“durante um período de cerca de 200 anos a escola passou de um meio excecional de educação de alguns para a situação de instituição educativa universal por onde todos devem passar. O estado abandonou a sua posição de desinteresse e alheamento em relação à educação escolar para se tornar o seu principal promotor e responsável. A educação fornecida pela escola tornou-se de tal forma predominante que o próprio termo educação se identifica frequentemente com educação escolar.”*

A escola é vista como sendo uma unidade ou, por outras palavras, um subsistema do sistema social. Geralmente a escola produz dentro de si as condições da sociedade. Assim, se no sistema, social predominar a desigualdade, o individualismo, a exploração de uns sobre outros, essas condições tendem a se reproduzir na escola (Piletti, 2002).

Ao se considerar a escola como sendo uma unidade social, procede-se à descrição de um todo complexo, ao considerar as partes que mantêm relações entre si, exemplificando como as partes ou unidades que fazem ou omitem coisas relacionadas entre si. Todas estas relações observáveis sustentam-se nos diferentes elementos da estrutura entre si em relação ao todo e são denominadas de funções. Por isso, é então função de um sistema o que se faz, tanto para mantê-lo como para mudá-lo. São executadas por unidades concretas dentro do sistema, e desempenham-se tanto em relação à outra unidade como com respeito ao todo (Piletti, 2002).

Na escola, as diversas relações diretores-professores-funcionários-alunos-pais são um processo intrincado originado por um complexo número de relações, já que a interdependência entre as pessoas tem sempre origem em necessidades e ideais que têm a marca da sociedade. As formações sociais são monitorizadas por normas e valores explicados pelos agrupamentos que as pessoas formam e pelas relações que possuem entre si (Lopes, 2000).

A escola é, também, vista como sendo um microcosmo da nossa sociedade, uma replicação, sendo que esta não pode nem deve ficar indiferente ao processo complexo e global verificado nos dias de hoje, caracterizado pela diversidade social, cultural e política. Assim, a escola dos dias de hoje tem de seguir uma linha inclusiva, afastando-se assim dos tradicionais sistemas educativos de forma a privilegiar uma educação mais universal, ativa e democrática, de modo a se adaptar à sociedade contemporânea, entendendo-a como uma sociedade caracterizada pela diversidade multicultural. Espera-se assim que a escola seja um espaço de aprendizagem e socialização, onde a diversidade seja aceite, promovendo assim a convivência intercultural, tolerância e também pela promoção da cidadania (Canário, 2009).

A relação entre educação e mercado de trabalho tem sido largamente debatida entre os investigadores, especialmente no que concerne ao desajustamento entre as competências adquiridas no sistema educativo e as competências requeridas nos empregos (Allen & Velden, 2001).

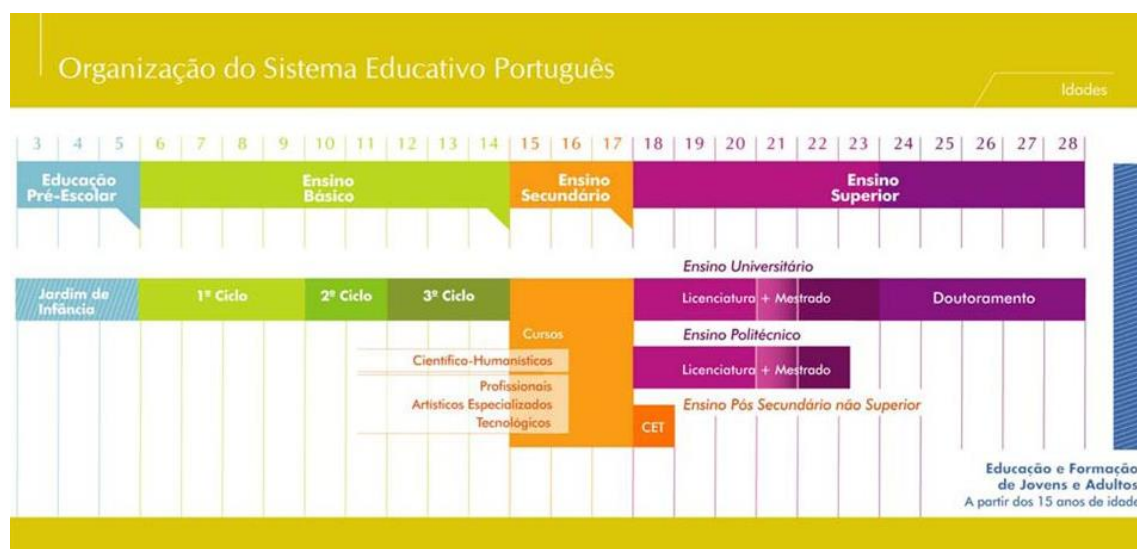


Para Almeida (2007) a generalização de políticas de formação profissional voltadas para o desenvolvimento de competências específicas e transversais e a adoção de formas de organização do trabalho mais enriquecedoras, poderá ser a forma adequada ao reforço da empregabilidade. Por outro lado, Cunha et al., (2004) vão mais longe perspetivando as competências relevantes em contexto profissional com base em quatro dimensões: motivação profissional, competências sociais, competências centradas nas tarefas e estrutura psicológica individual. Centeno (2002) considera dois aspetos que influenciam o acesso ao mercado de trabalho: por um lado, a individualização dos percursos profissionais, resultante da flexibilização dos processos produtivos que apostam nas capacidades de adaptação e criatividade do trabalhador em detrimento de competências profissionais específicas, por outro, a dualização do mercado de trabalho, onde existe um pequeno grupo que mantém uma relação estável com a entidade empregadora, e um grande grupo, onde os percursos são de grande mobilidade e precariedade contratual.

Associada a escola encontra-se, obviamente, associado um sistema educativo. Em Portugal, o sistema educativo é constituído por quatro níveis principais: 1) a educação pré-escolar, para crianças entre os três e os cinco anos de idade; 2) a educação básica que inclui os primeiros nove anos de escolaridade, em que as idades normais de frequência se situam entre os 6 e os 14 anos; 3) a educação secundária, que diz respeito aos últimos três anos da escolaridade não universitária, sendo as idades normais de frequência situadas entre os 15 e os 17 anos e por fim 4) a educação superior, que ocorre nas universidades ou institutos politécnicos, onde se ingressa, normalmente, com 18 anos. (Fernandes, 2007). Existe ainda o ensino secundário não superior, encontrando-se organizado em cursos de especialização tecnológica (CET), tendo como objetivo principal a inserção de profissionais qualificados no mundo de trabalho e a aquisição do nível 4 de formação profissional. Na figura 1 é possível observar a divisão do sistema nestes níveis.

Desde os anos 80 que o sistema de ensino pós-secundário é ministrado, em geral, em dois subsistemas de ensino superior: o politécnico e o universitário. Desde então tem-se dado prioridade ao ensino superior em detrimento de outros níveis de ensino, levando à existência de excesso de profissionais de nível superior e à carência de profissionais especializados de nível médio. A diferenciação de objetivos entre eles, num contexto de igual dignidade e exigência, mas de vocações diferentes, tem sido um dos aspetos mais relevantes na implementação do processo de Bolonha.

Em 2014, o Governo apontou para o investimento nas formações de curta duração. Assim, surgiram os Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTSP) como ciclos de estudos de 2 anos, no âmbito do ensino politécnico; os quais obrigam os alunos a um período de estágio nas empresas ou associações empresariais da região.



**Figura 1:** O Sistema Educativo Português (fonte: Eurydice, 2007)

Tendo em conta o objetivo do presente trabalho, a divisão do sistema educativo que nos interessa diz respeito aos cursos profissionais que permitem que, no fim do 12º ano, os jovens possam ingressar diretamente no mercado de trabalho.

Almeida (2007) considera que os cursos de formação profissional, com a finalidade de desenvolvimento de competências específicas e transversais para o desempenho de uma determinada profissão, tem um impacto positivo no mercado de trabalho, trazendo um reforço da empregabilidade entre a população mais jovem.

Neste sentido, a escola, nomeadamente, os cursos profissionais oferecidos por esta, representam uma importante ferramenta no desenvolvimento de quatro dimensões importantes a ter em contexto profissional, nomeadamente, a motivação profissional, as competências sociais, as competências centradas nas tarefas e, por fim, a estrutura psicológica individual (Cunha *et al.*, 2004).

### **1.3. Os professores**

A profissão de professor caracteriza-se pela ação de ensinar, sendo por isso uma profissão do conhecimento, como tal o conhecimento e o saber legitimam esta profissão (Roldão, 2007). De acordo com Marcelo (2009), o trabalho de um professor baseia-se no compromisso de transformar o seu conhecimento em aprendizagens relevantes para os alunos. Assim, pode-se dizer que o professor trabalha com o conhecimento, necessitando de desenvolver um compromisso para a aprendizagem discente.

Ser professor, na atualidade, pressupõe a compreensão de que, tanto o conhecimento, como os alunos, sofrem grandes mutações, transformando-se rapidamente, mais do que num passado relativamente próximo e que, para que se possa continuar a responder às necessidades discentes de forma adequada, é necessário um esforço extra por parte dos professores para continuar a adquirir conhecimento. Ou seja, a tarefa do professor não se resume a fazer com que os alunos aprendam, mas também é necessário que este continue a aprender para ser capaz de ensinar (Marcelo, 2009).

O desenvolvimento profissional de um professor é de grande importância para o sucesso do processo de aprendizagem, sendo que, Nóvoa (1995), considera que este deve incluir três dimensões inseparáveis: a dimensão pessoal, a dimensão profissional e a dimensão organizacional.

A formação do professor deve conter uma dimensão pessoal uma vez que existe a necessidade de estimulação da reflexão crítica e da autonomia nos docentes e também arranjar forma de encontrar espaços de interação entre o pessoal e o profissional, de modo que os professores sejam capazes de dar significado às suas vivências, às suas experiências, sendo muito importante para a construção da identidade do docente (Nóvoa, 1995).

Relativamente ao desenvolvimento profissional esta relaciona-se com o investimento na autonomia contextualizada no âmbito da profissão, participando na implementação das políticas educativas, ou seja, o professor constitui-se como o autor e o produtor da sua profissão (Nóvoa, 1995).

Por fim, a dimensão organizacional deve abordar a questão do investimento educativo dos projetos escolares, o que pressupõe que a formação e o trabalho devem caminhar em conjunto. O desenvolvimento profissional e pessoal do professor encontram-se diretamente relacionado com o desenvolvimento organizacional (Nóvoa, 1995).

#### **1.4. Políticas para a formação profissional**

Nos últimos anos, as políticas de formação profissional têm vindo a desenvolver-se cada vez mais, uma vez que as organizações se têm vindo a deparar numa sociedade cada vez mais marcada pela importância do conhecimento e tanto a sociedade como o poder político apresentam uma consciência cada vez maior da importância da formação profissional (Almeida & Alves, 2011).

O quadro regulamentar da educação profissional tem como referência a Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em outubro de 1986, estabelecendo a estrutura do sistema educativo definindo as competências que são necessárias no que toca à formação e a qualificação profissional. Na Lei de Bases do Sistema Educativo encontra-se definida a responsabilidade da coordenação da formação no sistema de ensino, pertencente ao Ministério da Educação, enquanto que a formação profissional que se encontra inserida no mercado de trabalho é da alçada do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Decreto-Lei 401/91 veio também regulamentar a formação que se encontra inserida no sistema educativo. De acordo com este diploma a formação profissional inserida no sistema educativo e a inserida no mercado de emprego distinguem-se pela base institucional dominante - a escola e a empresa, respetivamente - e pelos seus destinatários específicos - no primeiro caso, a população escolar, incluindo o ensino recorrente de adultos e a educação extraescolar, e, no segundo, a população ativa empregada ou desempregada, incluindo nesta os candidatos ao primeiro emprego. Apesar das diferenças, prevalece o que aproxima ambas as formações: em especial os conceitos, as finalidades, a certificação, as componentes, a consideração dos níveis e perfis profissionais, a avaliação e a coordenação. Por tal motivo, bem se compreende que todas estas matérias, por serem comuns, integrem um único diploma.

Deste modo, através do Decreto-Lei n.º 401/91 o legislador procurou enquadrar a formação profissional, quer inserida no sistema educativo, que a inserida no mercado de trabalho. A primeira parte já tinha sido disciplinada pela Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, sendo que a segunda encontrava-se dispersa por vários documentos legais.

No âmbito da evolução legislativa é importante citar o contributo do Decreto-Lei n.º 205/96, de 25 de outubro no quadro da formação profissional inserida no mercado de emprego, que continha o regime jurídico da aprendizagem enquanto sistema de formação profissional inicial em alternância. Mais tarde, e ainda numa fase prévia à codificação laboral, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 51/99, de 20 de fevereiro, que regulamentava a medida rotação emprego-formação.

Este diploma distingue ainda a formação inicial da formação contínua, no seu artigo 3. A formação profissional inicial destina-se a conferir uma qualificação profissional certificada, bem como a preparar para a vida adulta e profissional, sendo que para esta formação atribui-se relevância especial ao regime de aprendizagem, às escolas profissionais e ao ensino tecnológico e profissional. Já a formação profissional contínua insere-se na vida profissional do indivíduo, realiza-se ao longo da mesma e destina-se a propiciar a adaptação às mutações tecnológicas, organizacionais ou outras, favorecer a promoção profissional, melhorar a qualidade do emprego contribuir para o desenvolvimento cultural, económico e social.

## **CAPÍTULO II - O ENSINO PROFISSIONAL EM PORTUGAL**

### **2.1. Origens e Desenvolvimentos**

A revolução industrial foi um marco na história da humanidade. Nesta altura surgiu a necessidade de fornecer ao mercado de trabalho mão-de-obra especializada, ou seja, trabalhadores dotados de competências que lhes permitisse operar as grandes máquinas que foram introduzidas para os processos de produção industrial. Assim, durante o século XIX surge o ensino técnico e profissional, desenvolvendo-se na necessidade do sistema produtivo da revolução industrial (Martins, Pardal & Dias, 2005).

Este tipo de ensino veio fazer uma rutura com o ensino clássico e humanista, indo noutra direção, verificando-se até uma diferença no que respeita aos seus conteúdos, objetivos e fins. Outra diferença que na altura se verificou prendia-se com a própria origem dos alunos que frequentavam o ensino clássico versus os que frequentavam o ensino profissional. Enquanto o ensino clássico era frequentado pelas classes mais altas como a aristocracia e a alta burguesa, o ensino profissional era frequentado maioritariamente por classes populares urbanas ou por classes rurais que tivessem aspirações maiores (Rocha, 1987, *cit in* Martins, Pardal & Dias, 2005).

Mas afinal o que é o ensino profissional? De acordo com a Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei nº46/86, de 14 de outubro) este é uma modalidade especial da educação escolar que vai complementar a preparação para a vida ativa iniciada no ensino básico, visando uma integração dinâmica no mundo do trabalho pela aquisição de conhecimentos e de competências profissionais, por forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica.

A CIME - Comissão Interministerial para o Emprego (2001) define Formação Profissional como um conjunto de atividades que visam a aquisição de conhecimentos, capacidades, atitudes e formas de comportamento exigidos para o exercício das funções próprias duma profissão ou grupo de profissões em qualquer ramo de atividade económica.

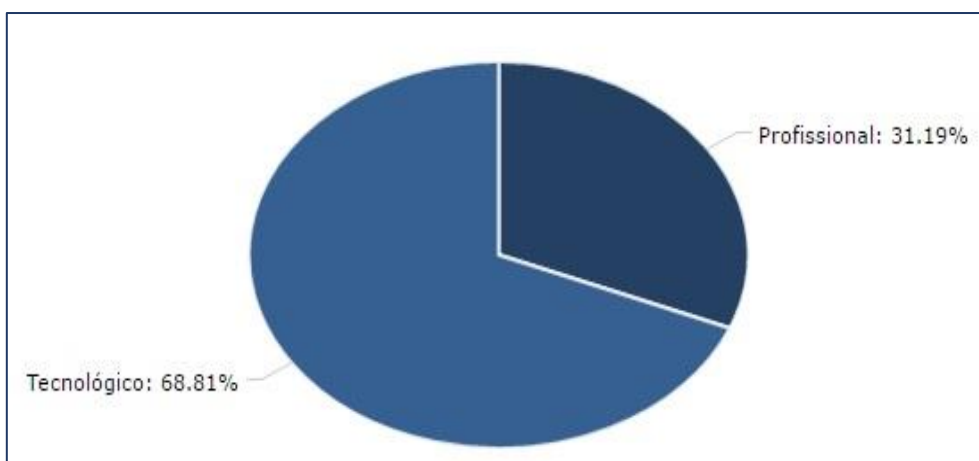
Mais recentemente Sistema Nacional de Qualificações, criado pelo DL n.º396/2007, define formação profissional, considerando toda a formação com o objetivo de dotar o indivíduo de competências com vista ao exercício de uma ou mais atividades profissionais.

O Ensino Profissional é um percurso possível ao nível do ensino secundário valorizando o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em articulação com o setor empresarial local. O plano de estudos do ensino profissional inclui três importantes componentes de formação: sociocultural, científica e técnica. São várias também as tipologias inseridas nas vias profissionalizantes, como se pode verificar na tabela 1, correspondente à evolução do ensino profissional, por tipologia, entre os anos letivos de 2000/2001 e 2014/2015:

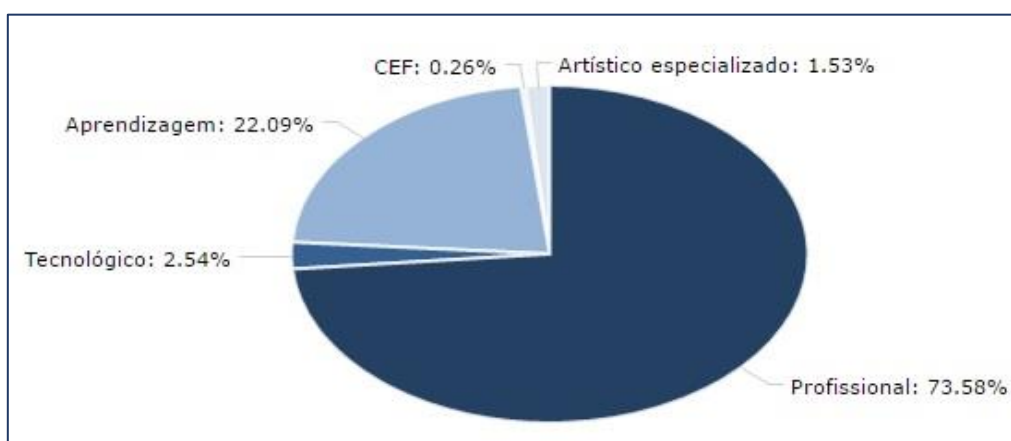
**Tabela 1:** Alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes, por tipologia de curso, no Continente (2000/01; 2008/09; 2014/15) (DGEEC/MEC - Dados atualizados em outubro de 2016).

Ano letivo	2000/01	2008/09	2014/15
<b>Tipologia de curso</b>			
<b>Tecnológico</b>	62 805	17 547	3 731
<b>Artístico especializado (regime integrado)</b>	-	1 880	2 250
<b>Profissional</b>	28 464	89 499	107 965
<b>Aprendizagem</b>	-	13 584	32 420
<b>Vocacionais</b>	-	-	2 021
<b>CEF</b>	-	3 391	375

Para uma melhor interpretação, nas duas figuras seguintes é possível observar a materialização dos valores da tabela em cima em forma de gráfico de modo a comparar a evolução que existiu no que toca às áreas profissionalizantes desde 2000/2001 comparativamente com o ano letivo de 2014/2015:



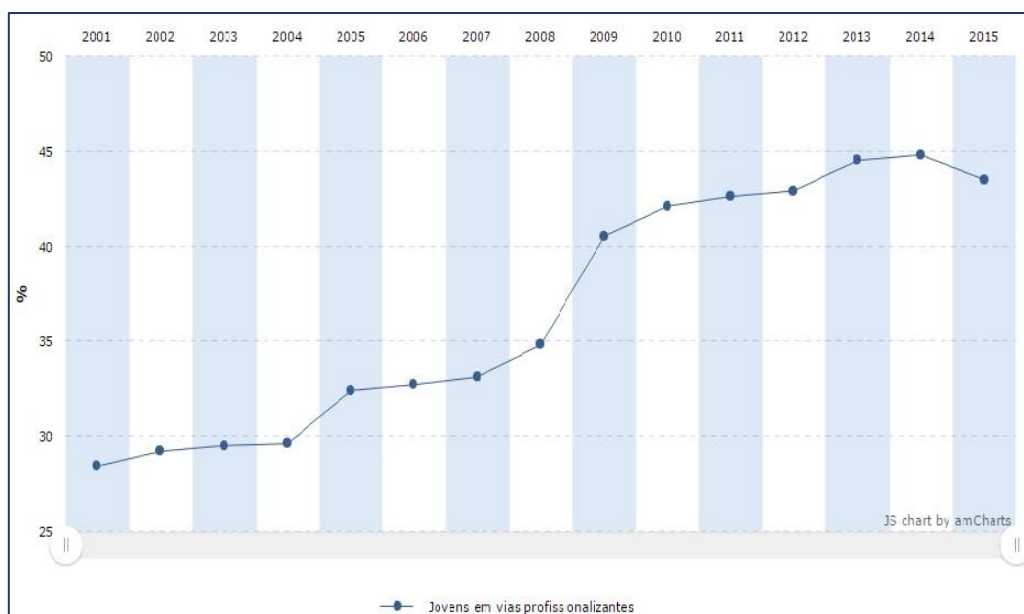
**Figura 2:** Alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes 2000/2001 (DGEEC/MEC – dados atualizados em outubro de 2016)



**Figura 3:** Alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes 2000/2001 (DGEEC/MEC – dados atualizados em outubro de 2016)

O ensino profissional vem adquirindo cada vez mais importância no seio da educação escolar. Se inicialmente este era visto como sendo uma última opção de ensino, Azevedo (1991) são cada vez mais jovens que escolhem esta via de ensino para tirar algum tipo de especialização e assim serem inseridos no mundo de trabalho com uma maior facilidade e celeridade. Essa evolução na importância do ensino profissional está bem patente no gráfico 1, onde se verifica que em 2015, mais de 40% dos alunos no ensino secundário optaram por um ensino baseado numa via profissionalizante:





**Figura 4:** Jovens em vias profissionalizantes 2001-2015 (DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015)

Na tabela 2, pode-se ver com mais pormenor a evolução dos números em termos de ingressos dos alunos em vias profissionais:

**Tabela 2:** Percentagem de alunos jovens matriculados em vias profissionalizantes, no Continente (2000/01 a 2014/15) (DGEEC/MEC - Dados atualizados em novembro de 2015)

Ano letivo	2000/01	2001/02	2002/03	2003/04	2004/05	2005/06	2006/07	2007/08	2008/09	2009/10	2010/11	2011/12	2012/13	2013/14	2014/15
Jovens em vias profissionalizantes (*)	28.4	29.2	29.5	29.6	32.4	32.7	33.1	34.8	40.5	42.1	42.6	42.9	44.5	44.8	43.5

Em Portugal, o Ensino Profissional surgiu com a Reforma Pombalina, mas apenas em 1852 foi criada a primeira escola industrial no Porto, pela Associação Industrial Portuense, que viria mais tarde a passar para a tutela do estado. (Cardim, 2005).

O Ensino Profissional, também denominado de Ensino Industrial, sofreu uma primeira reforma em 1864, com legislação de Emílio Júlio Navarro, passando a ser organizado em ensino elementar, ensino preparatório e ensino especial, onde se incluía uma componente prática e de trabalhos manuais, a serem elaborados em oficinas anexas às escolas (Serralheiro et al., 1995).

A crise económica sentida no final do século XIX obrigou à redução significativa das despesas com a educação, o que teve repercussões negativas nas Escolas Industriais/Profissionais, que passaram a ser racionalizadas e moldadas às necessidades emergentes, quer da indústria, quer do comércio, para promover o progresso da indústria e da ciência (Lopes, 2005). O Ensino Industrial que havia sido criado há cerca de vinte anos com sucesso, evidenciava nesta altura graves problemas, quer a nível de conceção, quer a nível de estrutura.

Estes problemas passavam, entre outros, por um número reduzido de alunos a frequentar estas escolas, uma fraca profissionalização, uma falta de relação com as necessidades efetivas dos locais onde as escolas se encontravam inseridas e, a mais evidente, sem um modelo eficaz de ensino. Esta crise vai dar lugar à reforma de 1884 que criou uma rede de escolas de Ensino Profissional. Este passo, apesar de reduzido, foi importante para futuras remodelações nesta área. É também nessa época, que algumas empresas começam a revelar um grande interesse no desenvolvimento do Ensino Profissional. Entre 1891/1893 e 1910 este ensino sofreu novas reformas passando a Ensino Elementar, Industrial e Comercial. As alterações introduzidas passaram por tentar diversificar a oferta de ensino, aumentar o número de efetivos escolares, assim como ir de encontro às necessidades da economia (Cardim, 2005).

No ano de 1930 os decretos 18.420/1930 e 20.328/31 vieram, mais uma vez, reestruturar o Ensino Profissional, promovendo a criação de Escolas Profissionais e Comerciais, estabelecendo ainda a obrigatoriedade de os alunos ingressarem com o 2º grau de instrução primária concluído e dos professores possuírem uma formação pedagógica (Lopes, 2005).

Em 1948 surgiu uma outra reforma que exigia aos alunos que pretendiam frequentar o Ensino Profissional terem a 4ª classe; desta forma, exige-se que alunos apenas com 10 anos, façam a escolha entre o Ensino Liceal e o Profissional. Os Ensinos Profissional e Liceal diferenciavam-se na composição curricular que abordavam, nas classes sociais que frequentavam cada um deles, nas saídas profissionais que cada um oferecia, e sobretudo na representatividade social que tinham na sociedade. No Ensino Liceal abordavam-se assuntos mais teóricos. Esta era frequentada por classes médias altas e os alunos

continuavam os seus estudos ingressando na Universidade, o que era muito prestigiado pela sociedade. Em contraposição, no Ensino Profissional ambicionava-se desenvolver o “saber fazer prático”. Era frequentado por classes médias baixas, em que os alunos eram preparados para um emprego, sem grandes expectativas de ingressar no Ensino Superior (Martins, Pardal & Dias, 2005).

Com esta reforma o Ensino Liceal ficou dividido em três níveis: o 1º Ciclo (dois anos), o Curso Geral dos Liceus (três anos) e o Curso Complementar dos Liceus (dois anos). O Ensino Técnico ou Profissional englobava cursos nas áreas dos serviços, formação feminina, indústria e arte. E encontrava-se estruturado em dois graus: 1º grau que incluía o ciclo preparatório elementar de educação e pré-aprendizagem geral (dois anos) e o 2º grau do qual faziam parte os cursos industriais e comerciais, complementares de aprendizagem (Lopes, 2005).

Em 1971 uma nova reforma foi instituída pelo ministro Veiga Simão com o Projeto do Sistema Escolar (PSE), o qual definia uma série de diretrizes para introduzir alterações significativas no ensino. Esta reforma passava por: ampliar o número de anos de escolaridade obrigatória, de seis para oito anos; a antecipação da entrada para a escola primária dos sete para os seis anos; integrar a educação pré-escolar no sistema de ensino; a reorganização e diversificação do ensino superior; a equiparação do ensino técnico ao liceal; a substituição das Direções Gerais do Ensino Liceal e do Ensino Técnico pela Direção Geral do Ensino Secundário; o desenvolvimento da Ação Social Escolar; e ainda a certificação da existência do Ensino Profissional nos dois últimos anos do Ensino Secundário em estabelecimentos de “índole específica” (Garrido, 2003).

Esta reforma foi travada pela Revolução Portuguesa de 25 de Abril de 1974, altura em que Portugal passou por um período muito conturbado e de grande instabilidade financeira, que se refletiu no ensino. Só em 1975-1976 se deu a unificação do Ensino Técnico ao Ensino Liceal, passando a existir um currículo essencialmente liceal e fazendo com que o Ensino Técnico, como se conhecia, se fosse extinguindo lentamente (Lopes, 2005). Em 1978, deu-se uma reestruturação curricular do Ensino Complementar, de onde surgiram três áreas disciplinares, que contemplavam disciplinas gerais, específicas e

vocacionais, permitindo o ingresso no Ensino Superior e a inclusão na vida ativa (Garrido, 2003).

Nos anos 80, foram instituídos um conjunto de normativos pelo Professor José Augusto Seabra que tinham como pretensão modernizar o sistema educativo, sendo um dos seus objetivos principais a renovação do Ensino Técnico Profissional (Patrício, 2006). Para isso, foram feitas as seguintes alterações: criação de Cursos Técnico-profissionais, com a duração de três anos e cursos profissionais de um ano; criação de um serviço de orientação vocacional; crescimento do ensino politécnico superior e designação de Comissões Regionais do Ensino Técnico (Garrido, 2003).

Em 1984 nasceu a Formação Profissional em Regime de Alternância ou Sistema de Aprendizagem, gerida pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP), que só mostrou evoluções significativas a partir de 1986. O sistema de aprendizagem passou a ter uma tripla componente de formação, que passava por uma formação escolar, profissional e em empresa. O que permitia aos alunos a obtenção de uma qualificação profissional e uma certificação escolar, muito semelhante ao que se verifica hoje em dia nos Cursos de Educação e Formação (CEF) (Lopes, 2005; IEFP, 2005). Ainda segundo Lopes (2005), 1986 foi um ano decisivo para que a formação profissional evoluísse de forma positiva, o que se deveu em parte à aprovação da Lei 46/86 de 14 de Outubro, da Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), que institui nove anos de escolaridade obrigatória e que torna a Formação Profissional uma modalidade especial do ensino para jovens.

Relativamente ao Ensino Profissional o artigo 19º da LBSE refere que “a Formação Profissional, para além de complementar a preparação para a vida ativa iniciada no ensino básico, visa uma integração dinâmica no mundo de trabalho pela aquisição de conhecimentos básicos e de competências profissionais, de forma a responder às necessidades nacionais de desenvolvimento e à evolução tecnológica”.

Ainda segundo a LBSE pretende-se “assegurar uma escolaridade de segunda oportunidade aos que dela não usufruíram na idade própria, aos que procuram o sistema educativo por razões profissionais ou de promoção cultural, devidas, nomeadamente, a

necessidades de reconversão ou aperfeiçoamento decorrentes da evolução dos conhecimentos científicos e tecnológicos” (art. 3º, i).

Depois de 1986, o sistema de ensino em Portugal passou a organizar-se segundo a LBSE, a qual, em relação à Formação Profissional, procura uma diversificação do Ensino Tecnológico e Profissional. Nesta sequência, o Decreto-Lei nº 26/89 cria as Escolas Profissionais, cujo enquadramento legal foi revisto em 1993. Estas escolas tinham como finalidade dar resposta ao Ensino Secundário Técnico, sendo desta forma estabelecimentos particulares que apresentavam uma opção para os alunos que pretendiam continuar a estudar após completarem a escolaridade obrigatória, oferecendo-lhes ainda a oportunidade de ingressarem no Ensino Superior (Cardim, 2005; Garrido, 2003).

Também o Ensino Técnico sofreu alterações, sendo em 1990 elaborado um novo modelo de estrutura para a formação técnica, que iria funcionar como sendo um sistema pós-secundário de formação inicial e especializado, cujos destinatários seriam jovens que abandonaram a escola, sem emprego, à procura do 1º emprego e ainda adultos ativos (Cardim, 2005).

Mais recentemente, nos vários tipos de desenvolvimento com a criação pelo Ministério da Educação (ME) e pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS) da iniciativa “Novas Oportunidades”, que apresenta como principal objetivo aumentar os níveis de educação e de qualificação da população portuguesa e que valoriza a aprendizagem ao longo da vida, a Formação Profissional passou a ser organizada em modalidades de formação que contemplam a Formação de Jovens e a Formação de Adultos. A Formação de Jovens engloba os Cursos Artísticos Especializados, os Cursos Científico-Humanísticos, os Cursos de Aprendizagem, os Cursos de Educação e Formação, os Cursos Profissionais, os Cursos Tecnológicos e os Cursos das Escolas de Hotelaria e Turismo. Já a Formação de Adulta abarca os Cursos de Educação e Formação de Adultos e os Cursos do Ensino Recorrente (GEPE, 2006; ME & MTSS, 2006).

Os CEF encontram-se enquadrados nesta nova modalidade de Formação Profissional, tendo sido criados através do Despacho Conjunto n.º 279/2002 de 12 de abril, pelos

Ministérios de Educação e da Segurança Social e do Trabalho. Estes cursos oferecem certificados equiparados ao ensino regular, respetivamente 6.º, 9.º e 12.º anos de escolaridade, assim como uma qualificação profissional de nível I, II e III. Se o desejarem, os alunos têm a possibilidade de dar continuidade aos seus estudos em formações pós-secundárias não superiores, que correspondem a uma qualificação profissional de nível 4 (Comissão Europeia, 2007).

## **2.2. Características do modelo: continuidades e mudanças**

Nos últimos anos, as políticas de formação profissional têm vindo a desenvolver-se cada vez mais, uma vez que as organizações se têm vindo a deparar numa sociedade cada vez mais marcada pela importância do conhecimento e tanto a sociedade como o poder político apresentam uma consciência cada vez maior da importância da formação profissional (Almeida & Alves, 2011).

O quadro regulamentar da educação profissional tem como referência a Lei de Bases do Sistema Educativo, publicada em outubro de 1986, estabelecendo a estrutura do sistema educativo definindo as competências que são necessárias no que toca à formação e a qualificação profissional. Na Lei de Bases do Sistema Educativo encontra-se definida a responsabilidade da coordenação da formação no sistema de ensino, pertencente ao Ministério da Educação, enquanto que a formação profissional que se encontra inserida no mercado de trabalho é da alçada do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Decreto-Lei 401/91 veio também regulamentar a formação que se encontra inserida no sistema educativo. De acordo com este diploma a formação profissional inserida no sistema educativo e a inserida no mercado de emprego distinguem-se pela base institucional dominante - a escola e a empresa, respetivamente - e pelos seus destinatários específicos - no primeiro caso, a população escolar, incluindo o ensino recorrente de adultos e a educação extraescolar, e, no segundo, a população ativa empregada ou desempregada, incluindo nesta os candidatos ao primeiro emprego. Apesar das diferenças, prevalece o que aproxima ambas as formações: em especial os conceitos, as

finalidades, a certificação, as componentes, a consideração dos níveis e perfis profissionais, a avaliação e a coordenação. Por tal motivo, bem se compreende que todas estas matérias, por serem comuns, integrem um único diploma.

Deste modo, através do Decreto-Lei n.º 401/91 o legislador procurou enquadrar a formação profissional, quer inserida no sistema educativo, quer a inserida no mercado de trabalho. A primeira parte já tinha sido disciplinada pela Lei n.º 46/86 de 14 de outubro, sendo que a segunda encontrava-se dispersa por vários documentos legais.

No âmbito da evolução legislativa é importante citar o contributo do Decreto-Lei n.º 205/96, de 25 de outubro no quadro da formação profissional inserida no mercado de emprego, que continha o regime jurídico da aprendizagem enquanto sistema de formação profissional inicial em alternância. Mais tarde, e ainda numa fase prévia à codificação laboral, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 51/99, de 20 de fevereiro, que regulamentava a medida rotação emprego-formação.

Este diploma distingue ainda a formação inicial da formação contínua, no seu artigo 3. A formação profissional inicial destina-se a conferir uma qualificação profissional certificada, bem como a preparar para a vida adulta e profissional, sendo que para esta formação atribui-se relevância especial ao regime de aprendizagem, às escolas profissionais e ao ensino tecnológico e profissional. Já a formação profissional contínua insere-se na vida profissional do indivíduo, realiza-se ao longo da mesma e destina-se a propiciar a adaptação às mutações tecnológicas, organizacionais ou outras, favorecer a promoção profissional, melhorar a qualidade do emprego contribuir para o desenvolvimento cultural, económico e social.

Os cursos profissionais são uma modalidade educativa, inserida no Ensino Secundário, em que a principal característica é uma forte ligação com o mundo profissional. Nestes tipos de cursos a aprendizagem tem como principal objetivo o desenvolvimento de competências para se exercer uma profissão específica, geralmente em estreita consonância com as empresas locais (Orvalho & Alonso, 2011). Tendo em conta esta realidade, o modelo pedagógico dos cursos profissionais vai ser necessariamente diferente dos cursos regulares do Ensino Secundário, sendo que todos os planos de estudo

destes cursos incluem três componentes de formação: científica, técnica e sociocultural, sendo 39 as áreas de formação que vão desde as artes, passando por cursos ligados à engenharia, ao comércio, entre outros.

### **2.3. Escolas, cursos e estudantes**

Atualmente em Portugal existem mais de 200 escolas profissionais, onde são ministrados 107 cursos, distribuídas por todo o país, a desenvolver o ensino profissional há 30 anos, trabalhando colaborativamente com stakeholders de mais de 45 setores profissionais em Portugal.

Em Portugal verifica-se uma comparação entre os cursos regulares de certificação escolar e os cursos profissionais, sendo esta uma discussão social onde se atribui prestígio a uma das vias em detrimento da outra. Tal acontece porque o ensino profissional tem sido encarado como uma alternativa ao 12º ano regular e ao prosseguimento dos estudos, associados a alunos marcados pelo insucesso escolar, permitindo que estes tenham entrada direta no mundo do trabalho, sendo esta ideia estigmatizada, já que o ensino profissional permite que os alunos prossigam os seus estudos, tendo ao mesmo tempo uma formação intermédia que lhes permita ter uma qualificação.

De acordo com o Peneiras (2007) os alunos que frequentam o ensino profissional, assim como os seus professores e as suas famílias e mesmo a generalidade da sociedade considera que existe uma grande desvalorização desta via de ensino, tendo-se associado uma conotação negativa de segunda oportunidade para aqueles que não conseguem ter aproveitamento positivo no ensino regular apesar do carácter inovador e do sucesso que esta modalidade já provou ter.

Verifica-se que os cursos do ensino regular, os chamados cursos científico-humanísticos, são vistos como mais complexos, prestigiados e com mais saídas, sendo frequentados por alunos oriundos de classes sociais mais altas onde se apoia a progressão dos estudos para a universidade, os cursos tecnológicos e profissionais associam-se a classes mais desfavorecidas, onde o insucesso escolar é regra, sendo estes cursos considerados de



última escolha para aqueles que pretendem acabar os estudos e que, por ter uma vertente marcadamente mais prática, permite que estes ingressem mais facilmente no mundo do trabalho (Grácio, 1997; Silva, 1999).

O ensino profissional, era visto como um ensino de segunda oportunidade, existe uma grande rejeição desta via de ensino entre a comunidade escolar, apesar de este ter vindo a sofrer várias reestruturações curriculares, contribuindo para um currículo onde se privilegia uma formação geral e uma verdadeira cultura tecnológica, contribuindo para o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens (Cabrito, 1994). Tendo em conta, então, esta conotação negativa associada ao ensino profissional, o que faz com que os jovens optem pela via profissionalizante?

De acordo com Azevedo (2009) os alunos optam por um curso profissional para não estar sujeito a um *“currículo único e uniforme, fundado na eleita matriz de saberes académicos, autossustentados na lógica da abstração e da formalidade”* característico do ensino regular, com os seus cursos científicos e humanísticos. Ou seja, os cursos profissionais aparecem como uma oportunidade educativa para todos aqueles jovens que se encontrem motivados para um percurso de formação mais curto (que pode ou não incluir o acesso ao ensino superior) mais prático e mais articulado com os seus contextos de vida, sendo este capaz de promover a sua participação como cidadão e a sua integração tanto ao nível profissional como ao nível social (Azevedo, 2009).

Alves (1994) refere que uma das principais razões que levam os alunos a escolher este tipo de modalidade de ensino tem a ver com uma visão mais pragmática do que é a educação, ou seja, o que predomina é uma visão instrumental do ensino, ou seja, o ensino é visto como uma ferramenta, um instrumento tendo em vista o desenvolvimento de competências e saberes, em que as vantagens que lhe são associadas dizem respeito à facilidade de transição para a vida ativa e laboral através da aprendizagem de uma profissão.

Num questionário realizado pelo Observatório de Trajetos dos Estudantes do Ensino Superior (OTES) e o Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE) a alunos à entrada do ensino secundário, quer aos alunos do ensino regular, quer do ensino

profissional, foi-lhes perguntado as razões por terem ingressando naquela modalidade de ensino em particular. As respostas dos alunos do ensino profissional podem ser observadas na tabela seguinte (OTES/GEPE, 2007/2008):

**Tabela 3:** Razões para escolher um curso profissional (OTES/GEPE -2007/2008)

<b>Razões para o Ingresso num Curso Profissional</b>	<b>%</b>
É um curso que dá boas oportunidades de emprego	50,8
Permite-me desempenhar a profissão que eu quero	24,5
É um curso de qualidade	24,1
Permite-me seguir o que eu quero em termos de ensino superior	10,5
É o que eu gosto de estudar	14,6
É um curso com muito prestígio	13
É um curso muito prático	13,1
Não havia outro curso que eu gostasse	11,6
Todas as pessoas próximas seguiram o mesmo curso	7,8
Porque não tinha de mudar de escola	2,3
É um curso essencialmente teórico	0,3
Os testes psicotécnicos indicaram que era o melhor para mim	2,4
Porque era o curso que minha família gostava que eu seguisse	1,2
Outras razões	7,9

Como se pode observar pelas respostas dadas, as principais razões que levam a optarem por um curso profissional prendem-se especialmente com as oportunidades e a possibilidade da entrada no mercado de trabalho quando o curso acabar, assim como gostos e interesses ao nível da vocação, revelando assim a importância que o carácter instrumental e prático que tipo de ensino tem, corroborando o que foi referido por Azevedo (1994). Quando se compara estas razões com aqueles que ingressaram no ensino regular, pode-se observar que estas são bastante diferentes, sendo a principal, nestes últimos alunos, a possibilidade de seguirem estudos e entrarem no ensino superior, como se pode observar na tabela seguinte:

**Tabela 4:** Razões para o ingresso num curso do ensino regular (OTES/GEPE -2007/2008)

<b>Razões para o Ingresso num Curso do Ensino Regular</b>	<b>%</b>
É um curso que dá boas oportunidades de emprego	40,0
Permite-me desempenhar a profissão que eu quero	31,4
É um curso de qualidade	11,5
Permite-me seguir o que eu quero em termos de ensino superior	42,9
É o que eu gosto de estudar	21,5
É um curso com muito prestígio	7,4
É um curso muito prático	3,4
Não havia outro curso que eu gostasse	7,5
Todas as pessoas próximas seguiram o mesmo curso	6,5
Porque não tinha de mudar de escola	1,6
É um curso essencialmente teórico	0,7
Os testes psicotécnicos indicaram que era o melhor para mim	5,6
Porque era o curso que minha família gostava que eu seguisse	1,8
Outras razões	4,9

As razões dadas pelos alunos no questionário acima referido vão ao encontro dos resultados obtidos por Pacheco (2014). De facto, este autor refere que a razão principal que leva um jovem a ingressar na via profissionalizante do ensino é considerar que este facilita a sua entrada no mercado de trabalho visto que esta modalidade de formação tem uma componente de base marcadamente prática, preparando os jovens de forma adequada para o seu futuro profissional. O mesmo autor afirma, também, que, tendo em conta as flutuações e contantes mutações relativamente ao mercado de trabalho, os alunos entendem assim a importância de uma maior certificação e qualificação, valorizando-a amplamente (Pacheco, 2014).

Outra das razões apontadas para a escolha dos alunos por cursos profissionais relaciona-se com a influência familiar, nomeadamente o seu contexto familiar, o capital cultural dos pais e a classe social (Alves, Viseu & Cruz, 2001). Este estudo apoia a teoria avançada por Boudon (1979, cit in Nogueira), a teoria da ação racional, uma das mais importantes teorias no âmbito das escolhas escolares.

De acordo com a teoria da ação racional, são consideradas os benefícios e os riscos que as famílias têm relativamente aos investimentos feitos no que concerne à educação dos seus filhos. Neste sentido, um aluno que nasce num seio de uma família de uma classe social baixa, caracterizada por poucos rendimentos, será da opinião que não precisa que gastem tanto dinheiro com a sua educação para que atinja uma posição social igual ou superior à da sua família, o que faz com que este escolha o ensino profissional como modalidade de ensino (Boudon, 1979, cit in Nogueira). No entanto é perfeitamente possível, e compreensível, que o aluno pretenda atingir níveis mais elevados de escolaridade, sendo que neste caso o risco para as famílias é maior e menos tolerado, uma vez que o investimento financeiro é muito grande para estas famílias, sendo que os benefícios passam a ser menores (Boudon, 1979, cit. In Nogueira, 2004).

As regras e procedimentos da conceção e operacionalização do currículo dos cursos profissionais, bem como a avaliação e certificação das aprendizagens são da responsabilidade do Sistema Nacional de Qualificações (SNQ). Estes foram construídos tendo em conta não só a formação de futuros profissionais mais também de cidadãos perfeitamente integrados numa sociedade diversificada e em constante mudança. Tendo em conta este paradigma, os currículos dos cursos profissionais dividem-se em três grandes áreas: formação científica, formação técnica e formação sociocultural. De acordo com Grácio (1998), em cada área é caracterizada por:

- Formação sociocultural: Valoriza-se a língua materna, uma língua estrangeira e uma disciplina denominada área de integração, que se centra na aquisição da cultura profissional e empresarial, definindo-se como um instrumento de reflexão e de ação sobre os vários contextos de vida;
- Formação Científica: Dependendo da natureza do curso, esta encontra-se dividida em três disciplinas principais;
- Formação Técnica: A formação técnica divide-se em formação tecnológica e prática, tendo em conta a cooperação e a consultadoria de especialistas sobre as diferentes áreas, dependendo do curso.

Além da divisão por áreas temáticas, os cursos profissionais apresentam uma inovação ao nível educativo que é o facto de assentar num sistema modular, ou seja, todas as

disciplinas são divididas em módulos. De acordo com a GETAP (1992, p.7), os módulos definem-se como sendo “*unidades de aprendizagem autónomas integradas num todo coeso, que permitem a um aluno ou a um grupo de alunos adquirir um conjunto de conhecimentos., capacidades, atitudes através de experiências ou atividades de aprendizagem cuidadosamente concebidas, respeitando a diversidade dos alunos.*”

A organização dos cursos profissionais obedece ao paradigma de conceção estabelecido para todos os cursos do ensino secundário, com uma estrutura curricular organizada por componentes de formação: componente de formação sociocultural; a componente de formação específica e a componente de formação técnica.

A **componente de formação sociocultural**, tal como a componente de formação geral (comum) nos cursos científico-humanísticos e tecnológicos, visa contribuir para a construção da identidade pessoal, cívica e cultural dos alunos e integra as seguintes disciplinas:

Português; Língua estrangeira; Área de integração; Tecnologias de informação e comunicação (TIC); Educação física

A **componente de formação científica**, integra um conjunto de disciplinas, variável com a área do saber, visa também a aquisição e o desenvolvimento de saberes e competências de base de cada curso, como por exemplo Português, Inglês. Área de integração, Físico-química e Matemática.

A **componente de formação técnica**, tal como a componente de formação tecnológica, nos cursos tecnológicos, visa, em complementaridade com a componente de formação científica, a aquisição e o desenvolvimento de um conjunto de saberes e competências de base do respetivo curso, como por exemplo Redes de computadores; Arquitetura de Computadores; Sistemas operativos e Programação de sistemas informáticos.

Os cursos profissionais têm também a duração de três anos letivos (10º, 11º e 12º anos), organizando-se as disciplinas das componentes de formação no seguinte

número de horas de formação (Decreto-Lei n.º 42/2012, de 22 de fevereiro).

Os planos dos cursos profissionais contemplam a formação em contexto de trabalho cuja classificação é autónoma e integra o cálculo da média final do curso. O curso compreende ainda, como parte integrante da avaliação, a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP), que deve assumir o carácter de projeto interdisciplinar, cujo produto final é apresentado à comunidade educativa em sessão pública, considerando-se aprovados nesta prova os alunos que obtenham classificação igual ou superior a 10 valores.

A avaliação dos cursos profissionais assume carácter predominantemente formativo e contínuo e incide sobre as aprendizagens realizadas em cada módulo (os conteúdos disciplinares estão divididos em módulos). Apesar de independentes e completas, os módulos encontram-se interligados, sendo por isso parte de uma visão geral e holística que o curso pretende oferecer aos seus alunos. A estrutura modular respeita a premissa básica do ensino profissional que promove a diversidade formativa tendo em conta com a variedade de interesses dos alunos (Marques, 1993).

A avaliação sumativa realiza-se em cada módulo e exprime-se numa escala de 0 a 20 valores. A conclusão com aproveitamento de um curso profissional obtém-se pela aprovação, em todas as disciplinas do curso, na formação em contexto de trabalho e na prova de aptidão profissional, com classificação igual ou superior a 10 valores.

Os alunos dos cursos profissionais não estão sujeitos à realização de exames nacionais para efeitos de conclusão do curso. Poderão realizar exames nacionais para efeitos de acesso ao ensino superior, contudo para ingressar no ensino superior tem que realizar exames nas disciplinas específicas requeridas por cada estabelecimento do ensino superior, consoante a área de estudos. A classificação final do curso resulta da média ponderada da classificação final do plano curricular, da formação em contexto de trabalho e da classificação obtida na prova de aptidão profissional. De acordo com o artigo 6º da Portaria n.74-A/2013, de 15 de fevereiro a prova de aptidão consiste:

*“na apresentação e defesa, perante um júri, de um projeto consubstanciado num produto, material ou intelectual, numa intervenção ou numa atuação, consoante*

*a natureza dos cursos, bem como do respetivo relatório final de realização e apreciação crítica, demonstrativo de conhecimentos e competências profissionais adquiridos ao longo da formação e estruturante do futuro profissional do aluno.”*

O sistema modular de ensino surgiu da necessidade de adequação dos ritmos e das capacidades dos alunos, possibilitando que cada um consiga desenvolver um percurso de formação individual, mas que, no final do curso, permita que obtenham níveis semelhantes de qualificação (Azevedo, 2009). Abandona-se, então, o conceito de ano letivo, permitindo que o aluno vá cumprindo os módulos do seu plano curricular, de acordo com o seu ritmo individual de aprendizagem (Marques, 1993).

Através do Decreto-Lei 74/2004 de 26 de março deu-se uma das principais mudanças nos currículos dos cursos profissionais. As componentes descritas anteriormente são mantidas, no entanto, a sua carga horária é alterada e acrescenta-se a Formação em Contexto de Trabalho. Na componente sociocultural o número de disciplinas aumenta, passando a incluir Tecnologias de Informação e Comunicação e também Educação Física, aumentando assim de 900h para as 1000h. Na componente científica, a carga horária é reduzida das 600h para as 500 h, mantendo, no entanto, as três disciplinas de base científica. No que concerne à componente técnica verifica-se uma redução significativa do número de disciplinas e também da carga horária, das 2100h para as 1600h, onde estão contempladas as 420h da Formação em Contexto de Trabalho, que não existiam em planos curriculares anteriores.

Em 2013, com a publicação do Decreto-Lei nº91/2013 de 10 de julho, ocorre outra alteração ao currículo dos cursos profissionais, aumentando a carga horária da Formação em Contexto de Trabalho, podendo ir de 600h até às 800h, correspondendo a aproximadamente 18 a 22 semanas de estágio por curso, ficando esta questão ao critério da escola. Outra mudança é a diminuição expressiva da componente técnica em 80h, passando a ter 1100 h e 100h das Tecnologias de Informação e Comunicação, podendo esta ser substituída pela Oferta de Escola, que vai, mais uma vez, depender da escola onde é lecionado o curso. À parte destas mudanças, o currículo dos cursos profissionais tem-se mantido estável ao longo dos anos.

Ou seja, esta prova consiste na elaboração por parte do aluno de um projeto profissional tendo como temas centrais a componente de formação técnica do curso e os contextos de trabalho onde a profissão se desenvolve, tendo a orientação de um ou mais professores, dependendo da natureza do projeto.

O projeto e a sua concretização devem respeitar três momentos fundamentais, tendo em conta o que se encontra descrito na Portaria n.º 74-A/2013, nomeadamente a fase da conceção, fase do desenvolvimento e por fim a autoavaliação e posterior elaboração do relatório final.

Após o término destas fases, o projeto e o relatório final são apresentados perante um júri que, de acordo com o artigo 20.º da Portaria n.º 74-A/2013 deve ser constituído da seguinte forma:

- a) O diretor da escola ou o diretor pedagógico ou equivalente, que preside;
- b) O diretor de curso;
- c) O diretor de turma ou orientador educativo;
- d) Um professor orientador do projeto;
- e) Um representante das associações empresariais ou das empresas de setores afins ao curso;
- f) Um representante das associações sindicais dos setores de atividade afins ao curso;
- g) Uma personalidade de reconhecido mérito na área da formação profissional ou dos setores de atividade afins ao curso.

De acordo com o n.º 2 do presente artigo, para que seja possível a deliberação devem estar presentes, pelo menos quatro elementos dos acima indicados sendo eles, obrigatoriamente, um dos elementos a que se referem a alínea a) e d) e dois elementos a que referem as alíneas e) e g). Em caso de empate o presidente tem voto de qualidade.

A mesma portaria, no seu artigo 12.º esclarece o modo como os critérios de avaliação devem ser definidos. Assim o conselho pedagógico, no início das atividades escolares, e



após terem ouvido os professores e as estruturas de coordenação e supervisão pedagógica, definem os critérios e os procedimentos a aplicar, devendo incluir as seguintes dimensões:

- a) As condições de desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;
- b) A dimensão transdisciplinar das atividades a desenvolver;
- c) Os conhecimentos, aptidões e atitudes identificados no perfil profissional associada à respetiva qualificação;
- d) As estratégias de apoio educativo;
- e) A participação dos alunos em projetos de ligação entre a escola, a comunidade e o mundo do trabalho.

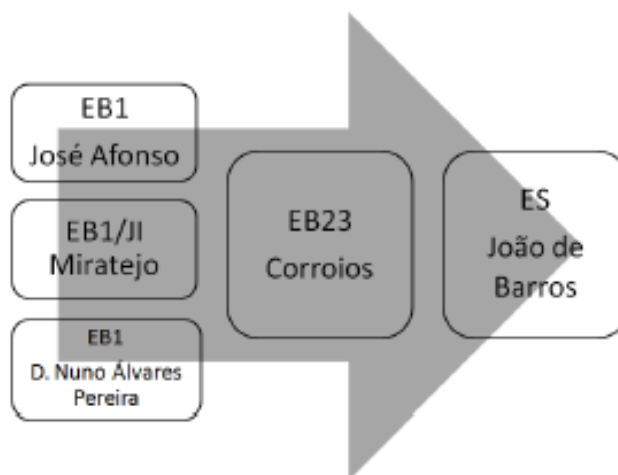
Para que o curso profissional seja concluído com aproveitamento todos os módulos de todas as disciplinas das três componentes que compõem o curso devem ter aproveitamento positivo, assim como a Formação em Contexto de Trabalho e a Prova de Aptidão, com uma assiduidade de 90% nos módulos das disciplinas e 95% na Formação em Contexto de Trabalho.

## CAPÍTULO III – METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

### 3.1. Contexto de Estudo

#### 3.1.1. O Agrupamento e a Escola

O Agrupamento de escolas João de Barros foi criado por despacho do Sr. Secretário de Estado da Educação, em 2013, sendo constituído por cinco escolas, que prestam serviço educativo desde o pré-escolar até à formação do ensino regular de nível Secundário (figura 1).



**Figura 5:** Escolas que constituem o Agrupamento Escolar João de Barros (fonte: Agrupamento de Escolas João de Barros - Projeto Educativo 2016/2020)

Além da oferta educativa já referida, o presente agrupamento inclui: apoio a alunos com necessidades educativas especiais, dando-se especial destaque para a existência de duas Unidades de Multideficiência, unidades que prestam o apoio à inclusão de alunos com várias deficiências (1.º CEB3 e 2.º e 3.º CEB); apoio a alunos que não têm o português como língua materna; cursos de educação formação; cursos vocacionais e, por fim, cursos profissionais.

A Escola Secundária João de Barros situa-se na freguesia de Corroios, no extremo norte do concelho do Seixal, fazendo fronteira com o sul do concelho de Almada, foi fundada a 1986, tendo sido denominada de Escola Secundária de Corroios nº1. Nos seus primeiros anos de existência, e por decisão da Direção Regional de Educação de Lisboa, esta só oferecia o 3º Ciclo do Ensino Básico.

O Agrupamento de Escolas João de Barros tem como missão, convenientemente validada pelo conselho geral provisório: “Educar as crianças e os jovens da comunidade da sua área de influência para que venham a ser indivíduos responsáveis, profissionais competentes e cidadãos participativos e solidários.”

Neste seguimento, o Agrupamento de Escolas João de Barros pauta-se pelos seguintes valores que caracterizam e orientam a ação:

- **Responsabilidade:** Envolvendo todos os atores educativos em processos de ensino-aprendizagem relevantes, que promovam a curiosidade, estructurem vontades de aprender e incentivem a resiliência na concretização dos objetivos definidos. Para tal, incentiva-se o pensamento crítico, a resolução de problemas, o questionamento ativo e a assunção do risco.
- **Colaboração:** Promoção de um ambiente de confiança mútua que potencie a comunicação aberta e honesta de perspetivas e experiências diferentes, sendo, para tal, valorizada a participação ativa dos atores educativos nas tomadas de decisão que visem a consensualização de medidas de apoio à aprendizagem.
- **Respeito:** Promoção do respeito do pluralismo de opinião, sendo valorizada a transparência, a participação democrática, o rigor na fundamentação das decisões e a lisura das ações.
- **Excelência:** É manifestada na preparação dos alunos para o prosseguimento de estudos ou para o ingresso no mercado de trabalho. Para tal valoriza-se uma cultura de criatividade e investigação que apoie a inovação e a definição que inspirem desempenhos de excelência.

- **Equidade:** Que é materializada na criação e na maximização de oportunidades para desenvolvimento académico/profissional de todos os atores educativos. Neste sentido são distribuídos os recursos com vista à eliminação das barreiras que condicionam o sucesso.

Por fim, a visão do presente agrupamento de escolas é a “promoção de experiências educativas orientadas para o desenvolvimento de projetos de vida gratificantes e comprometidos com o interesse coletivo”.

O Agrupamento de Escolas João de Barros encontra-se implantado em Corroios, servindo dois núcleos urbanos de uma freguesia, que representa 30,1% da população do município do Seixal. Esta escola encontra-se inserida num meio social de classe média e média baixa, sendo que os alunos são oriundos, na sua maioria, de famílias ligadas aos serviços, cuja formação académica predominante corresponde, essencialmente, ao secundário. Estas características levam a que as expectativas da maioria das famílias e dos alunos, quanto ao seu percurso académico, sejam a de prosseguimento de estudos de nível superior, embora haja também, em menor número, alunos mais inclinados para a integração rápida no mercado de trabalho, optando estes por ingressar pelo ensino profissional em detrimento ao ensino regular.

Entre 2001 e 2011, verificou-se um crescimento da população em 2,6%, representando um abrandamento acentuado do ritmo registado na década anterior de 31%. A comparação da população pode ser observada na tabela seguinte:

**Tabela 5:** Total da população residente na freguesia de Corroios segundo género em 2001 e 2011

2001				2011				Variação 19912001	Variação 20012011
Total		Masculino	Feminino	Total		Masculino	Feminino		
N.º	%	N.º	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	%
46.475	30,9	22.774	23.701	47.661	30,1	22.856	24.805	+ 31,1	+ 2,6

O nível de escolarização da população residente, embora evidenciando uma tendência de crescimento, ainda apresenta um atraso significativo em relação aos níveis

alcançados por comunidades onde os alunos tendem a ter melhor aproveitamento escolar.

**Tabela 6:** População residente segundo o nível de escolaridade atingido – Corroios

População	Nenhum nível de escolaridade	Ensino pré-escolar	Ensino Básico			Ensino secundário	Ensino pós-secundário	Ensino superior	Iletrados > 10 anos
			1.º ciclo	2.º ciclo	3.º ciclo				
47.661	3.310	1.098	10.451	3.821	8.321	10.794	559	9.307	917

Fonte: INA, Censos 2011

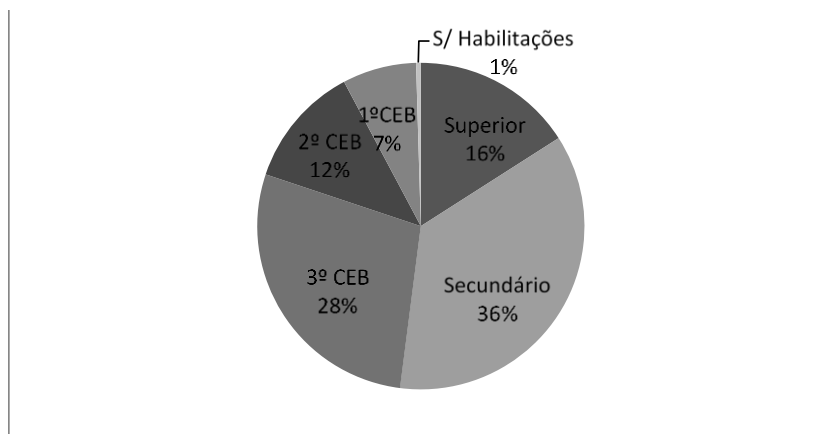
**Tabela 7:** População economicamente ativa – Corroios, Censos 2011

Total	Empregada						Taxa de atividade (%)		
	Total	Primário	Secundário	Terciário			Total	Masculino	Feminino
				Total	De natureza social	Relacionados com a atividade económica			
24.707	21.709	40	3.288	18.381	7.382	10.999	51,84	53,64	50,18

Fonte: INA, Censos 2011

De um modo geral, considera-se que as escolaridades a tipologia profissional dos elementos ativos do agregado familiar, isoladamente, são facilitadoras do desempenho escolar dos alunos. No entanto encontra-se provado que a conjugação deste dois fatores apresenta uma forte relação com o aproveitamento académico, uma vez que se verifica uma maior tendência para que as práticas discursivas dos pais e o foco da aprendizagem estejam em consonância com o discurso dominante da escola.

Outros dados relevantes dizem respeito aqueles recolhidos no ato de matrícula/renovação evidenciam que o ensino básico (47%) e o ensino secundário (36%) são as habilitações académicas predominantes dos encarregados de educação. É de salientar a existência nos agregados familiares, ainda que em número residual, onde os adultos não têm qualquer habilitação académica.



**Gráfico 1:** Habilitações académicas dos encarregados de educação do Agrupamento de Escolas João de Barros

Relativamente à tipologia profissional, a esmagadora maioria da população ativa dos agregados familiares com discentes no Agrupamento de Escolas João de Barros, 95,2 %, exerce funções em atividades dos setores secundário e terciário, com notório predomínio deste último.

A população docente do Agrupamento de Escolas João de Barros é, atualmente, constituída por 215 professores, dos quais 86,6 % tem dez ou mais ano de experiência profissional. Na tabela seguinte é possível verificar a distribuição dos professores por tempo de serviço e idade:

**Tabela 8:** Número de Docentes por Idade e Tempo de Serviço (antiguidade)

Idade \ Antiguidade	Até 4 anos	5 a 9 anos	10 a 19 anos	20 a 29 anos	30 ou mais anos	Total
Menos de 30 anos	2	0	0	0	0	2
Entre 30 e 40 anos	15	4	8	0	0	27
Entre 41 e 50 anos	15	3	28	25	0	69
Entre 51 e 60 anos	3	0	3	34	28	68
Mais de 61 anos	0	1	0	6	42	49
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>8</b>	<b>39</b>	<b>65</b>	<b>70</b>	<b>215</b>

Por fim, e relativamente aos funcionários não docentes, o Agrupamento de Escolas João de Barros caracteriza-se do seguinte modo:

**Tabela 9:** Pessoal não docente do Agrupamento de Escolas João de Barros

<b>Categoria \ Vínculo</b>	<b>Contratado a termo resolutivo certo</b>	<b>Contrato de trab. em FP por tempo indeterminado</b>	<b>Total</b>
Assistente Operacional	9	44	<b>53</b>
Assistente Técnico	0	10	<b>10</b>
Coordenador Técnico	0	1	<b>1</b>
Encarregado Operacional	0	1	<b>1</b>
Técnico Superior	0	1	<b>1</b>
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>57</b>	<b>66</b>

A escola onde este estudo tem lugar pertence ao Agrupamento de Escolas João de Barros, nomeadamente a Escola Secundária João de Barros.

A Escola Secundária João de Barros encontra-se abrangida pela Parque Escolar, para a construção de uma nova escola, no entanto a obra encontra-se atualmente parada, pondo por vezes em causa o correto leccionamento das aulas. Por exemplo, a escola em causa não possui pavilhão desportivo, sendo que a prática desportiva é ministrada em campos alugados para esse efeito.

### **3.1.2. O Curso e a Turma**

Tendo em conta o objetivo principal do presente trabalho, centrou-se o estudo numa turma do Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, da Escola Secundária João de Barros.

O presente curso profissional permite que os alunos, no final da sua formação, possam ingressar diretamente no mercado de trabalho, como um profissional qualificado que, de uma forma autónoma esteja integrado numa equipa, se encontre apto a realizar atividades na área da conceção, especificação, projeto, implementação, avaliação, suporte e manutenção de sistemas informáticos e de tecnologias de processamento e transmissão de dados e informações. De acordo com a informação presente no site do Agrupamento de Escolas João de Barros, as atividades principais a desempenhar por um técnico de gestão e programação de sistemas informáticos, são os seguintes:

- Instalar, configurar e efetuar a manutenção de computadores isolados ou inseridos numa rede local;
- Instalar, configurar e efetuar a manutenção de periféricos de computadores ou de uma rede local;
- Instalar, configurar e efetuar a manutenção de estruturas e equipamentos de redes locais;
- Instalar, configurar e efetuar a manutenção de sistemas operativos de clientes e servidores;
- Implementar e efetuar a manutenção de políticas de segurança em sistemas informáticos;
- Instalar, configurar e efetuar a manutenção de aplicações informáticas;
- Efetuar a análise de sistemas de informação;
- Conceber algoritmos através da divisão dos problemas em componentes;
- Desenvolver, distribuir, instalar e efetuar a manutenção de aplicações informáticas, utilizando ambientes e linguagens de programação procedimentais e visuais;
- Conceber, implementar e efetuar a manutenção de bases de dados;
- Manipular dados retirados de bases de dados;
- Instalar, configurar e efetuar a manutenção de servidores para a Internet;
- Planificar, executar e efetuar a manutenção de páginas e sítios na Internet;
- Desenvolver, instalar e efetuar a manutenção de sistemas de informação baseados nas tecnologias Web.

O Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos tem uma matriz curricular constituída por módulos, organização característica dos cursos profissionais, permitindo, assim, uma maior flexibilidade no que respeita aos ritmos de aprendizagem de cada aluno. Tendo em conta que o plano de estudos dos cursos profissionais é constituído por três componentes de formação, sociocultural, científica e técnica, a tabela seguinte apresenta a matriz curricular do Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos lecionado na Escola Secundária João de Barros, realçando-se que a carga horária se encontra distribuída ao longo de três anos:



**Tabela 10:** Matriz Curricular Curso Profissional de Técnico de Gestão de Programação de Sistemas Informáticos

<b>Componentes de Formação</b>	<b>Disciplinas</b>	<b>Total de Horas</b>
Sociocultural	Português	320
	Língua Estrangeira	220
	Área de Integração	220
	Educação Física	140
	TIC	100
Científica	Matemática B	300
	Físico Química B	200
	Sistemas Operativos	144
	Arquitetura de Computadores	152
	Rede de Comunicação	232
	Programação e Sistemas de Informação	572
	Formação em contexto de trabalho	600
Carga horária total/Curso		3200h

O estudo foi então realizado, junto da turma do 12º ano do Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, nomeadamente, a Turma do 12º I da Escola Secundária João de Barros.

Esta é composta por 24 alunos 22 do sexo masculino e 2 do sexo feminino. A média de idades da turma é de 17,58 (dezoito) anos. Relativamente às idades dos pais dos alunos da turma, estas distribuem-se do seguinte modo:

**Tabela 11:** Intervalo de idades dos pais dos alunos da Turma 12ºI

<b>Tabela de Sexo e Faixa de Idades</b>								
<b>Sexo</b>	<b>Idades</b>							
	67-73	58-67	58-57	38-57	28-37	18-27	15-17	<b>Total</b>
<b>Masculino</b>				24				24
<b>Feminino</b>		1		22	1			24

Relativamente às habilitações académicas dos pais dos alunos da turma em estudo, estas distribuem-se do seguinte modo:

**Tabela 12:** Distribuição das habilitações académicas dos pais dos alunos da turma 12ºI

<b>Grau de Escolaridade</b>			
<b>Pai</b>		<b>Mãe</b>	
1º ciclo ensino básico	0	1º ciclo ensino básico	0
2º ciclo ensino básico	0	2º ciclo ensino básico	0
3º ciclo ensino básico	11	3º ciclo ensino básico	8
Ensino secundário	12	Ensino secundário	10
Ensino superior	1	Ensino superior	4
Mais que o ensino superior	0	Mais que o ensino superior	2

Uma vez que os ensino profissional se encontra muitas vezes associados a famílias com rendimentos mais baixos, é relevante apresentar o número de alunos da turma em estudo que se encontram abrangidos pelo apoio social e abono de família (tabela 13):

**Tabela 13:** Alunos da turma do 12ºI com apoios sociais e abono familiar

<b>Beneficiários Apoio Social ASE</b>				<b>Escalões Abono de Família</b>			
A	B	C	Total	1	2	3	Total
2	3	0	5	2	4	0	6

## 3.2. Caracterização da Investigação

### 3.2.1. A Investigação Qualitativa

De acordo com Graue & Walsh (1998) o objetivo da investigação é conhecer cada vez mais e melhor o mundo que nos rodeia de modo a transformá-lo num lugar melhor.

Investigar é, portanto, “um procedimento reflexivo sistemático, controlado e crítico que permite descobrir novos dados e novos factos, relações ou leis em qualquer campo de

conhecimento” (Marconi & Lakatos, 2003). Pode-se ainda afirmar que investigar é uma atitude e uma prática de procura permanente da realidade e da verdade, um procedimento ou um conjunto de procedimentos que se inicia com um processo de pensamento reflexivo que requer um tratamento científico para conhecer as realidades ou novos fatos, sendo um processo de construção do conhecimento e ainda uma forma de confirmar ou impugnar um conhecimento ou um saber existente (Blaxter, Hughes & Tight, 2005).

Neste trabalho o modelo de investigação escolhido foi um modelo qualitativo da investigação. Como método de recolha dos dados foi escolhido, numa primeira fase a análise documental (tendo dado origem ao capítulo anterior referente à revisão bibliográfica) e a entrevista. Para o tratamento da entrevista utilizou-se a análise de conteúdo. (Bardin, 2009). Os autores Bogdan & Biklen (1994, p.205), explicam que a análise de conteúdo consiste no “processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campos e de outros materiais que foram acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou”, o que demonstra que a opção por esta técnica é a mais indicada.

A metodologia de investigação qualitativa já é reconhecida como sendo um campo de investigação com direito próprio, que é transversal a várias disciplinas. O termo qualitativo implica um destaque nas qualidades das entidades e nos processos e significados: um estudo qualitativo valoriza a qualidade socialmente construída da realidade, tendo em conta um quadro construtivista, a relação mais íntima entre o investigador e o objeto de estudo e os constrangimentos situacionais que dão forma à investigação (Denzin & Lincoln, 2000).

De acordo com Creswell (2010) a metodologia qualitativa é vista como sendo um meio para explorar e para entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social e humano.

Serapioni (2000) refere como principais características dos métodos qualitativos a análise do comportamento humano do ponto de vista do ator, a observação naturalista, a

subjetividade, a orientação para a descoberta e para o processo, o seu carácter exploratório, descritivo e indutivo, e a não generalização de resultados.

Ao usar uma metodologia qualitativa num estudo espera-se que seja feita uma análise em profundidade relativamente a significados, conhecimentos e atributos de qualidade dos fenómenos em estudo. Como refere Fortin (2009, p.178) os dados são “enquadrados e interpretados em contextos holísticos de situações, acontecimentos de vida ou experiências vividas, particularmente significativos para pessoas implicadas.”

Assim o investigador qualitativo vai estudar os fenómenos no seu contexto natural com o intuito de interpretá-los, tendo em conta os diferentes significados atribuídos pelas pessoas. Para tal é necessário que sejam recolhidos materiais que descrevam certos momentos da vida dos indivíduos que irão ser interpretados na tentativa de aumentar a compreensão sobre alvo de estudo (Denzin & Lincoln, 2000).

### **3.2.2. Recolha, Análise e Tratamento de Dados**

O que se pretende é, tal como refere Terrasêca (1996), dar forma a uma entrevista em tom de conversa informal, mas com a preocupação de que o seu rumo não menosprezasse nem deixasse esquecidos aspetos considerados, no guião, fundamentais. Além disso, tal como a autora refere que, a compreensão destes aspetos foi possível devido às características do tipo de entrevista, que possui um grau de abertura suficiente para não se tornar num instrumento redutor da informação e recolher toda a riqueza que os sujeitos possam pôr nas suas palavras (Terrasêca, 1996).

Para a recolha dos dados, e de acordo com o paradigma de investigação qualitativo, o instrumento escolhido foi a entrevista e um conjunto de documentos centrados na legislação.

Optou-se neste estudo por uma entrevista semiestruturada, também designada de semi-directiva (Quivy & Campenhoudt, 1992), para que os entrevistados tivessem uma grande liberdade na abordagem da temática em questão. De facto, o recurso às perguntas abertas possibilita que o discurso do entrevistado decorra com liberdade, que seja criativo, que

reformule as suas respostas e ao mesmo tempo, permite orientar o entrevistado no sentido de dar resposta aos objetivos e à questão de investigação. Ou seja, permite que o entrevistado tenha alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direção que considere adequada e possa explorar, permite-lhe abordar os aspetos que considera mais relevantes, de uma forma flexível e aprofundada.

Tendo em conta as questões incluídas na entrevista, pretende-se atingir determinados objetivos para que se possa conhecer as razões que levam um aluno a ingressar no ensino profissional em vez do ensino regular, ao mesmo tempo que se analisam as principais diferenças entre o ensino profissional e o ensino regular. Para tal, e para uma melhor execução, elaborou-se uma grelha, constituindo-se a nossa matriz teórica empírica, onde se encontram os objetivos e variáveis associadas a cada questão colocada. A grelha diz respeito à entrevista realizada aos alunos do Curso Profissional de Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, a Turma do 12º I, da Escola Secundária João de Barros, sendo que o guião da entrevista se encontra no Anexo 1.

**Tabela 14:** Grelha da entrevista aos alunos da Turma do 12º I

<b>Objetivos</b>	<b>Variáveis</b>	<b>Questões</b>
Compreender a diferença entre o Ensino Regular e o Ensino Profissional	Características do Ensino Regular  Características do Ensino Profissional	1. Quais considera ser as principais diferenças entre o ensino regular e o ensino profissional?  7. Como descreve o seu curso e o ensino oferecido?
Analisar os motivos de ingresso no Ensino Profissional	Motivações  Influências de terceiros  Autonomia	2. Considera que o ensino profissional se constitui como uma verdadeira opção de estudo ou é apenas um recurso para aqueles alunos com mais dificuldades ao nível escolar? Justifique  3. Quais foram os seus motivos e interesses que o levaram a optar pelo ensino profissional em detrimento do ensino regular?

		<p>4. Escolheu ir para o ensino profissional de forma autónoma, ou seja, a escolha foi só tua ou foste influenciado por terceiros (pais, professores)?</p> <p>6. Qual o curso que frequenta? O curso profissional que frequenta foi a primeira escolha? Porquê?</p>
Analisar o percurso escolar dos alunos	Descrição do percurso escolar	5. Como foi o seu percurso escolar até este momento?
Analisar as expetativas do futuro	<p>Ingresso no ensino superior</p> <p>Ingresso no mercado de trabalho</p>	<p>8. Considera que o ensino profissional o prepara para o ensino superior, apesar de possuir uma componente marcadamente mais prática? Porquê?</p> <p>9. Quais são as suas expetativas em termos de futuro, após a conclusão do seu curso?</p>

As entrevistas foram aplicadas via e-mail, tendo sido enviado a cada um dos alunos um exemplar do guião da entrevista, tendo sido solicitado que respondessem e enviassem de volta as respostas. Tomou-se esta opção e não por via presencial por causa de uma questão de tempo, tanto do investigador como dos alunos, que têm uma carga horária de trabalho muito grande. Todos os alunos concordaram em participar no estudo.

Tendo em conta o paradigma qualitativo em que se situa parte desta investigação e tendo em conta a técnica de recolha de informação utilizada, recorreu-se à análise de conteúdo segundo Bardin, uma vez que possibilitou a análise do discurso dos entrevistados, sendo estes alunos do ensino profissional.

De acordo com Bardin (2009, p.45), o objeto da análise de conteúdo “é a fala, isto é, o aspeto individual e atual (em ato) da linguagem”. Ou seja, a análise de conteúdo tem como objeto de estudo a informação revestida de sentido, pelo que foi através desta técnica que

conseguimos compreender os significados que, subjetivamente, se encontram no discurso dos participantes.

A técnica da análise de conteúdo caracteriza-se pela procura de explicação e compreensão, permitindo fazer inferências, que de forma sistemática e objetiva, identifica características singulares e implícitas do discurso, já que “procura conhecer aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça (...) é a busca de outras realidades através das mensagens” (Bardin, 2009, p.45).

Na perspetiva deste autor, “a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações” (Bardin, 2009, p.33).

Na opinião de Sousa, a análise de conteúdo “não se trata de um instrumento, mas de um conjunto de procedimentos diversos, incluindo mesmo técnicas diferentes que, pela sua sistematização, analisam documentos de diferentes modos e com diferentes objetivos” (Sousa, 2005, p.264).

De facto, esta é uma técnica que vai permitir a análise do discurso dos participantes sendo a sua análise um “processo de busca e de organização sistemático de transcrições de entrevistas, de notas de campos e de outros materiais que foram acumulados, com o objetivo de aumentar a sua própria compreensão desses mesmos materiais e de lhe permitir apresentar aos outros aquilo que encontrou” (Bogdan & Biklen, 1994, p.205).

Outra razão que suporta a escolha deste método de recolha e análise dos dados reside no facto de esta permitir que, indiretamente, o entrevistador ajude o entrevistado a facultar informação de forma mais clara e objetiva, tendo em conta que “quando se utiliza um guião, as entrevistas qualitativas oferecem ao entrevistador uma amplitude de temas considerável, que lhe permite levantar uma série de tópicos e oferecem ao sujeito a oportunidade de moldar o seu conteúdo”, quando esta é feita presencialmente e não por escrito (Bogdan & Biklen, 1994, p.135).

A análise de conteúdo propriamente dito, é feito através de uma tabela de codificação das entrevistas, como se pode verificar no exemplo seguinte:

**Tabela 15:** Tabela de codificação de entrevistas (fonte: Bardin, 2009)

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Unidade de Registo</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
Aqui são agregados os grandes temas da entrevista.	Subtemas mais importantes dentro de um determinado grande tema da entrevista.	Fragmentos de texto que se tomam por indicativo de uma característica (categoria e subcategoria).	Encontram-se fragmentos do texto que englobam a unidade de registo, contextualizando a unidade de registo no curso da entrevista.

Foram então mobilizadas as seguintes categorias de análise para o presente trabalho:

- **Perceções sobre o Ensino Profissional:** Nesta categoria serão agrupadas as perceções/opiniões dos alunos entrevistados sobre o ensino superior, em temas como as principais diferenças entre o Ensino profissional e o Ensino Regular, se o Ensino Profissional é visto como uma verdadeira opção para o prosseguimento dos estudos e quais os principais motivos para que estes tenham escolhido o Ensino profissional;
- **Curso Escolhido:** Nesta categoria serão referidas as razões da escolha referidas pelos alunos para terem escolhido o curso de programação e gestão de sistemas informáticos, é feita a descrição do curso, se este foi um curso de primeira ou segunda escolha e por fim se a escolha pelo ingresso neste curso foi autónoma ou devido a influência de terceiros;
- **Percurso Escolar:** os alunos entrevistados fazem o seu percurso escolar até ao ingresso no curso profissional;
- **Perspetivas de Futuro:** Na última categoria serão questionados aspetos como quais as expetativas dos alunos entrevistados após a conclusão do curso e também



aspectos relacionados com a preparação que este oferece para a entrada no ensino superior.

Paralelamente à entrevista decidiu-se realizar uma análise documental de forma a comparar as respostas dos alunos com as diretrizes institucionais e legais sobre o Ensino Profissional em Portugal.

Para Bardin (2009) a análise documental diz respeito a um conjunto de procedimentos que tem como principal objetivo, analisar e representar de forma condensada as informações provenientes dos elementos pesquisados, que permitem elaborar um documento secundário com o máximo de informações pertinentes sobre a temática em foco.

A análise documental foi efetuada a partir de documentos de diferentes origens, nomeadamente, documentos legais, como é o caso da Portaria n.º 235-A/2018, que procede à regulamentação dos cursos profissionais. Já O Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho, estabelece o currículo do ensino básico e do ensino secundário, os princípios orientadores da sua conceção, operacionalização e avaliação das aprendizagens, de modo a garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e desenvolvam as capacidades e atitudes que contribuem para alcançar as competências previstas no Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

A junção dos dados obtidos com as entrevistas, assim como a análise documental vem prover o presente estudo de pertinência, compilando as respostas dos inquiridos e armazenando o máximo de informações para que esta se torne facilmente acessível ao leitor.

## CAPÍTULO 4 - APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

### 4.1. Diferenças entre o ensino profissional e o ensino regular

Através da análise de conteúdo realizada os alunos do ensino profissional do curso de gestão e programação de sistemas informáticos, foi possível perceber, em primeiro lugar, a diferença entre o ensino regular e o ensino prático. A tabela como a análise das entrevistas pode ser consultada no Anexo 2.

A primeira grande diferença reside no facto de o plano de estudos do ensino regular ser mais teórico e complexo, e por isso com um maior grau de dificuldade, enquanto o do ensino profissional é mais vocacionado para a componente prática, preparando assim os alunos para ingressar diretamente no mercado de trabalho no final do curso. Por isso, os dois tipos de ensino apresentam, no seu currículo, disciplinas diferentes, como referem os alunos:

*“O ensino regular é muito mais teórico, sendo o ensino profissional mais prático”* (Entrevista 1)

*“O curso profissional é um curso que envolve mais atividades práticas do que teóricas”* (Entrevista 19)

*“No curso profissional temos contacto direto com o trabalho, ajuda-nos bastante a preparar o futuro.”* (Entrevista 14)

*“Um aluno do ensino profissional esta pronto para entrar para o mundo do trabalho no final do 12 ano”* (Entrevista 17)

São quatro os cursos científico-humanísticos do ensino secundário regular, sendo estes regulados pelo Decreto-Lei n.º 139/2012 de 5 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 91/2013, de 10 de julho, pelo Decreto-Lei n.º 176/2014, de 12 de dezembro e pela Portaria n.º 243/2012 de 10 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 51/2012, de 21 de setembro: Curso de Ciências e Tecnologias, Curso de Ciências Socioeconómicas, Curso de Línguas e Humanidades e o Curso de Artes Visuais. Os planos de estudo destes cursos integram duas componentes, a componente de formação geral, que é comum aos quatro cursos, visando a construção da identidade pessoal, social

e cultural dos jovens e a componente de formação específica, que tal como o próprio nome indica tem como objetivo principal a formação científica específica de cada um dos cursos. Existe ainda a disciplina de Educação Moral e Religiosa, que é de frequência facultativa. Os alunos entrevistados consideram que o ensino regular possui um grau de dificuldade maior quando comparado com o ensino profissional, como se pode observar pelo seu discurso:

*“A profundidade das matérias dadas no profissional e no regular são diferentes, sendo o regular mais difícil”* (Entrevista 12)

*“O ensino regular tem métodos de ensino muito exigentes”* (Entrevista 13)

Por sua vez, o plano de estudos dos cursos profissionais são constituídos por três componentes de formação: sociocultural, científica e técnica, sendo esta última marcadamente prática e vocacionada para a integração no mundo de trabalho. Enquanto no ensino regular os cursos distribuem-se apenas por quatro áreas, os cursos profissionais encontram-se organizados de acordo com referenciais de formação, estando distribuídos por 39 áreas de formação (tabela 16):

**Tabela 16:** Áreas de Formação dos Cursos Profissionais

- Artes do espetáculo	- Indústrias alimentares
- Audiovisuais e produção dos média	- Têxtil, vestuário, calçado e couros
- Design	- Materiais (madeira, papel, plástico, vidro e outros)
- Artesanato	- Indústrias extrativas
- Filosofia, história e ciências afins	- Arquitetura e urbanismo
- Jornalismo	- Construção civil
- Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD)	- Produção agrícola e animal
- Comércio	- Floricultura e jardinagem
- Marketing e publicidade	- Silvicultura e caça
- Finanças, banca e seguros	- Pescas
- Contabilidade e fiscalidade	- Serviços de saúde
- Gestão e administração	- Ciências dentárias
- Secretariado e trabalho administrativo	- Serviços de apoio a crianças e jovens

<ul style="list-style-type: none"> <li>- Enquadramento na organização/empresa</li> <li>- Ciências informáticas</li> <li>- Metalurgia e metalomecânica</li> <li>- Eletricidade e energia</li> <li>- Eletrónica e automação</li> <li>- Engenharia química</li> <li>- Construção e reparação de veículos a motos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalho social e orientação</li> <li>- Hotelaria e restauração</li> <li>- Turismo e lazer</li> <li>- Proteção do ambiente</li> <li>- Proteção de pessoas e bens</li> <li>- Segurança e higiene no trabalho</li> </ul>
--	---

Também referem que o ensino regular está mais orientado para a preparação dos alunos para o ingresso no ensino superior enquanto que o ensino profissional, tal como o próprio nome indica, prepara os alunos para ingressarem no mundo trabalho assim que acabem o 12º ano. Tal facto confirma o nível 3 de aptidão do ensino regular e o nível 4 de aptidão do ensino profissional, como referem os alunos entrevistados:

*“ensino regular: no final do 12 ano o aluno fica com aptidão nível 3”* (Entrevista 4)

*“ensino profissional: no final do 12 o aluno fica com aptidão nível 4”* (Entrevista 4)

No final de um curso profissional como foi referido no capítulo 2.3 dá-se a apresentação de um projeto, designado por Prova de Aptidão Profissional (PAP), no qual o aluno demonstra as competências e saberes que foram desenvolvidos ao longo da sua formação, sendo que a sua aprovação faz com que os alunos estejam aptos para desempenhar a profissão para a qual se formaram:

*“(…) não termos exames nacionais”* (Entrevista 9)

No que concerne aos cursos regulares do ensino secundário são quatro o tipo de avaliação: a avaliação formativa que tem como objetivo informar como se está a dar o desenvolvimento das aprendizagens, tendo como vista o ajustamento de processos e estratégias, a avaliação sumativa, que consiste num juízo globalizante que conduz à tomada de decisão, no âmbito da classificação e da aprovação em cada disciplina e a avaliação sumativa externa que se destina a aferir o grau de desenvolvimento das

aprendizagens do aluno, mediante o recurso a instrumentos definidos a nível nacional, e realiza-se através de exames finais nacionais. Assim, a conclusão de um curso científico-humanístico depende da aprovação em todas as disciplinas, algumas das quais requerem a realização de exames nacionais (Artigo 17.º da Portaria n.º 244/2011, de 21 de junho). Deste modo, para além do exame nacional na disciplina de Português, comum a todos os cursos científico-humanísticos, o aluno realiza mais três exames nacionais, de acordo com o plano de estudos do seu curso.

Uma das grandes diferenças referidas pelos alunos é o facto de a carga horária no ensino profissional ser maior do que no ensino regular, de forma que o plano de ensino seja todo cumprido, sendo que, no ensino profissional, o normal é que todos os dias sejam preenchidos de manhã à noite, como referem os alunos entrevistados:

*“As principais diferenças são claramente a carga horaria, sobrecarregando os alunos do ensino profissional (...)”* (Entrevista 9)

*“A carga horaria é muito completa de forma a cumprir o plano”* (Entrevista 8)

*“Carga horaria ser muito elevada”* (Entrevista 9)

*“As principais diferenças são a carga horaria é muito maior no ensino profissional”* (Entrevista 10)

*“(...) a grande diferença de horas pois na via profissional os horários são preenchidos de manhã até à tarde todos os dias.* (Entrevista 3)

Na tabela seguinte é possível observar a carga horária semanal de um curso secundário regular, em cada um dos três anos de formação:

**Tabela 17:** Carga horária de um curso secundário regular

Componentes de Formação		Carga Horária Semanal		
		10º	11º	12º
Geral	Português	180	180	200
	Língua Estrangeira	150	150	-
	Filosofia	150	150	-
	Educação Física	150	150	150
Específica	Trienal	250	250	270
	Bienal 1	270 ou 315	270 ou 315	-
	Bienal 2	270 ou 315	270 ou 315	-
	Anual 1	-	-	150
	Anual 2	-	-	150
Educação Moral e Religiosa		(90)	(90)	(90)
Tempo a cumprir		1530 a 1620 (1620 a 1710)	1530 a 1620 (1620 a 1710)	1035 (1125)

Como se pode observar pela tabela assim, um curso científico-humanístico do ensino regular, sem a opção de religião semanal, apresenta uma carga horária de 4095 a 4275 horas, distribuídas pelos 3 anos, de acordo com os dados obtidos da Direção Geral da Educação. Apesar dos alunos afirmarem que a carga horária dos seus cursos ser maior tal não acontece quando se observa, por exemplo, a carga horária do curso profissional técnico de gestão e programação de sistemas informáticos, curso que serve de base ao presente estudo, que apresenta uma carga horária distribuída pelos três anos de 3200 horas.

O ensino profissional caracteriza-se, então, pelos cursos com uma componente prática, preparando os alunos para ingressar no mundo de trabalho após a conclusão do curso. As disciplinas lecionadas respeitam uma estrutura modular, sendo que os alunos consideram estes módulos menos complexos que as disciplinas lecionadas no ensino regular. Devido ao carácter prático de base que tem como o objetivo a preparação para uma determinada profissão, os cursos de ensino profissional oferecem um estágio para que o aluno entre em contacto com a prática diária e as tarefas inerentes à profissão que está a ser estudada:

*“Horário, preparação para emprego e estágio.” (Entrevista 22)*

Por fim, é referido pelos alunos que não se encontram inseridos no plano de estudo os exames nacionais, obrigatórios no ingresso no ensino superior. No entanto este ingresso é possível, apesar de considerarem que o ensino regular prepara muito melhor os alunos para os exames nacionais do que o ensino profissional:

*“Outra grande diferença, mas desta vez a beneficiar o regular é a entrada para a universidade, que é bem mais acessível” (Entrevista 2)*

*“O ensino regular nos prepara para a faculdade” (Entrevista 7)*

*“O ensino regular é um dos melhores em termos de aprendizagem, pois com ele conseguimos tirar cursos muito bons como medicina, engenharia” (Entrevista 11)*

Toda esta caracterização por parte dos alunos entrevistados está em sintonia com as considerações encontradas em documentos oficiais e também na literatura, como é o caso da ideia avançada por Martins, Pardal & Dias (2005) que referem que o ensino profissional se tem diferenciado do ensino secundário regular pelo seu carácter marcadamente funcional e reprodutor das estruturas sociais.

A Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional define os cursos profissionais como sendo “percursos do nível secundário de educação, caracterizado por uma forte ligação com o mundo profissional.” Este é um tipo de ensino que tem em conta o perfil pessoal de cada aluno, valorizando o desenvolvimento de uma profissão em articulação com o setor empresarial local.

Como refere Azevedo (2000), o ensino nas escolas profissionais está claramente vocacionado para o término dos estudos, através da aprendizagem de conteúdos que permitem o desenvolvimento de uma determinada profissão, embora seja possível entrar no ensino superior, desde que o aluno realize e seja aprovado nos exames nacionais, que não se encontram incluídos no plano de estudos dos cursos profissionais. Aos cursos profissionais encontra-se associada uma elevada carga horária, sendo que a maior parte das horas corresponde ao leccionamento de conteúdos específicos e exclusivamente práticos.

Os cursos profissionais apresentam ainda, no seu último ano, o estágio curricular, transversal a qualquer curso desta modalidade de ensino. (Alves, Viseu, & Cruz, 2001; Azevedo, 2000). Neste ponto pode-se acrescentar a ideia avançada por Santos (2010) que é corroborada pelo discurso dos alunos, que referem que as diferenças entre o ensino regular e o ensino profissional não se encontram apenas na inserção no mercado de trabalho mas também na organização curricular e nos sistemas de aprendizagem, apostando-se num ensino e num ritmo individualizado (Santos, 2010).

#### **4.2. Motivos de escolha do Ensino Profissional**

Para os alunos entrevistados o ensino profissional é uma opção de estudo, que oferece vários tipos de oportunidades, e não apenas um recurso para aqueles que pretendem acabar o 12ºano:

*“(...) este curso é mais para estudo, pois sem nós o mundo não evolui (...)”*  
(Entrevista 1)

*“é uma grande oportunidade de estudo, pois é um curso que te das muitas oportunidades”* (Entrevista 11)

São, também, da opinião que existe uma perceção cada vez mais positiva destes tipos de cursos uma vez que o nível de exigência destes é cada vez maior, havendo a necessidade de os alunos se esforçarem muito de forma a obterem aproveitamento positivo nos módulos do curso:

*“As pessoas vinham para aqui “porque não tinham que estudar”, mas hoje em dia é diferente devido ao facto de nos termos de aplicar bastante para passar.”*  
(Entrevista 2)

*“Ambas as formas de ensino trabalho dedicação e esforço.”* (Entrevista 3)

*“Ao contrário do estigma e fama de que os cursos profissionais são para “burros” não são para burros, mas para pessoas com os objetivos bem definidos”*  
(Entrevista 5)



Consideram ainda que estes são importantes recursos para o trabalho, uma vez que preparam futuros profissionais, aptos para desempenhar uma determinada profissão assim que terminam o curso, como se pode observar pelo seu discurso:

*“O ensino profissional é para qualquer aluno, ou seja, é um recurso útil para um futuro emprego”* (Entrevista 4)

*“O ensino profissional como uma verdadeira opção de estudo, visto que o aluno obtém estatuto profissional”* (Entrevista 8)

*“É uma verdadeira opção pois se gostarmos da área onde estamos temos sempre saída”* (Entrevista 14)

No entanto, o ensino profissional, associado apenas a alunos de baixo rendimento escolares que olham para esta modalidade de ensino como um último recurso para acabar o 12º ano e assim poderem entrar no mercado de trabalho. No entanto, as respostas dadas pelos alunos entrevistados revelam que a escolha pelo ensino profissional se deu por motivos vocacionais, ou seja, pelo gosto relativamente à área de informática. Apesar destas respostas positivas, ainda existem muitas perceções negativas associadas ao ensino profissional.

Por exemplo, no estudo realizado por Alves, Viseu & Cruz (2001) e de acordo com o depoimento dos jovens inquiridos, a conclusão do 12º ano de escolaridade aparece como uma das principais razões para a escolha pelo ensino profissional. Mendes (2009) refere que os alunos que se encontram no ensino profissional são aqueles que apresentam um grande nível de insucesso escolar no ensino regular, recorrendo a esta modalidade como uma oportunidade para finalizarem os estudos.

Deste modo, é normal o ensino profissional ser encarado pela sociedade como uma segunda oportunidade para estes alunos obterem um nível equivalente ao secundário (Alves, Viseu & Cruz, 2001; Duarte, 2014; Mendes, 2009; Rodrigues, 2010). Também Guerreiro & Abrantes (2007) verificaram que a adesão a cursos profissionais é encarada como um último recurso e não como uma primeira escolha, uma vez que a maior parte dos alunos que escolhem esta modalidade estão em situação de abandono escolar ou em

rutura com o sistema de ensino regular devido a percursos escolares marcados pelo insucesso.

Não obstante o preconceito para com o Ensino Profissional, os alunos entrevistados referiram que o ensino é verdadeiramente uma opção livre e consciente, muito por causa do gosto pela área de informática e também pela adequação da metodologia de ensino às características pessoais:

*“Escolhi o ensino profissional pois adoro programação (...)”* (Entrevista 1)

*“Um fator bastante importante é gostar desta área”* (Entrevista 2)

*“(...) o curso interessa-me no seu desenvolvimento de programas e apps.”*  
(Entrevista 5)

*“Interesse pelo curso, no meu caso programação de sistemas informáticos”*  
(Entrevista 8)

*“Gosto de trabalhar com computadores e programar.”* (Entrevista 9)

Esta opinião vai, também, de encontro ao que foi apresentado por Duarte (2014), referindo que são vários os alunos que referem a aprendizagem menos generalizada de conteúdos, sendo esta caracterizada por uma maior especificidade numa determinada profissão, e também o facto de haver uma maior identificação com os seus gostos, nomeadamente pela área de informática, e os seus modelos culturais como a principal razão de opção por este tipo de ensino.

Muitos dos jovens entrevistados afirmam que escolheram o ensino profissional de forma autónoma, ou seja, sem influências de terceiros. No entanto, outros referiram ter influência, especialmente dos pais, dos professores, do psicólogo e também dos amigos:

*“(...) foi de forma autónoma.”* (Entrevista 1)

*“Não fui influenciado por ninguém a escolher o ensino profissional (...)”.*  
(Entrevista 3)

*“Foi a minha escolha vir para o ensino profissional”* (Entrevista 6)

*“Escolhi o ensino profissional de forma autónoma depois de ouvir opiniões de colegas” (Entrevista 17)*

*“Eu no início não sabia que o ensino profissional existia, só optei por isto por conselho da psicóloga.” (Entrevista 10)*

*“Todos me disseram que era uma boa opção ir para o profissional” (Entrevista 12)*

*“No primeiro ano um amigo que estava no último ano do curso de programação falou-me do curso e eu decidi então trocar” (Entrevista 19)*

Na realidade, a família aparece na literatura como um dos principais fatores que condiciona as escolhas dos jovens, nomeadamente a classe social e o capital cultural dos pais (Alves, Viseu & Cruz, 2001). Esta ideia é refutada por Nogueira (2012), tendo verificado no seu estudo, que mesmo que um grupo de alunos pertença todo à mesma classe social, independentemente de qual seja, cada um interpreta e experiêcia de forma única a sua relação com a escola e com as escolhas inerentes ao seu percurso escolar. No entanto é consensual na literatura que muitas vezes os pais e outros familiares são os grandes impulsionadores da escolha dos filhos pelo ensino escolar (Nogueira, 2004; Vieira, Pappámikail & Nunes (2012).

Também os amigos apresentam uma grande influência na escolha, nomeadamente aqueles que frequentam ou já frequentaram o curso profissional em questão, corroborando os dados obtidos por Lemos (2015), que revela que os amigos a frequentar o ensino profissional explicam o modo como o curso se estrutura, esclarecendo possíveis dúvidas.

A psicóloga aparece também como um elemento altamente influenciador na decisão dos alunos por esta via de ensino, realçando aqui a importância que um psicólogo escolar tem na vida dos jovens, confirmando duas das funções referidas pela Ordem dos Psicólogos Portugueses (2018) para este profissional que é, em primeiro lugar, realizar o acompanhamento psicológico e psicopedagógicos com o intuito de promover o desenvolvimento pessoal, o sucesso escolar e a saúde e o bem-estar dos alunos e realizar a orientação vocacional, com o objetivo de orientar e apoiar os alunos no

desenvolvimento da sua identidade, autonomia e competências de gestão vocacional e de carreira.

Corroborando a autonomia da escolha, aparece Diogo (2008), que indica que 88% dos alunos inquiridos no seu estudo afirmaram não ter tido qualquer tipo de influência externa na sua decisão na opção pelo ensino profissional em detrimento do ensino secundário regular.

### **4.3. Perceções sobre o curso**

#### **4.3.1. Do percurso escolar**

O percurso escolar dos alunos entrevistados é classificado como sendo normal, com dificuldades em algumas disciplinas, sendo que muitos referem nunca terem tirado negativas ou reprovaram de ano:

*“Acho que normal, com alguns altos e baixos.”* (Entrevista 2)

*“Foi normal, nunca tive nenhuma advertência nem chumbei.”* (Entrevista 7)

*“Razoável”* (Entrevista 10)

*“Percurso normal”* (Entrevista 12)

Muitos alunos referem que o seu aproveitamento escolar se caracteriza por ser bastante positivo, num sentido ascendente, sendo que no ensino básico muitos tinham aproveitamentos negativos ou não gostavam de estudar, tendo melhorado no ensino secundário devido ao gosto pelo curso que se encontram a frequentar:

*“No início da escola básica, tinha notas de valores negativos, mas até hoje vim a melhorar bastante”* (Entrevista 1)

*“Na minha opinião tem sido bom, algumas notas razoáveis outras melhores (...)”*  
(Entrevista 3)

*“Tem corrido bem e espero que continue.”* (Entrevista 4)

*“O meu percurso até este momento esteve bem”* (Entrevista 6)

*“Foi bom, obvio que teve os seus altos e baixos.”* (Entrevista 16)

*“Foi muito proveitoso, aprendi muitas matérias novas (...)”* (Entrevista 18)

*“O meu percurso escolar até agora foi bom, sem retenções nem negativas.”*  
(Entrevista 20)

*“Até ao 9º ano era aluno com preguiça, mas desde o 10º para cá tenho me empenhado e o gostar de fazer motiva para isso”* (Entrevista 21)

No entanto, alguns referem dificuldades em algumas disciplinas, nomeadamente na matemática e no inglês, como se pode observar de seguida:

*“Aproveitador, tirando as minhas dificuldades ao nível do inglês”* (Entrevista 11)

*“(…), a minha matemática é um lixo”* (Entrevista 12)

O percurso anterior apresenta-se como um fator importante, visto que, como já foi referido quer no enquadramento teórico como nesta discussão, o ensino profissional é visto como sendo uma via alternativa ao ensino regular, especialmente para jovens que tiveram insucesso escolar. O sucesso escolar obedece a vários critérios subjetivos, variando assim de aluno para aluno. Segundo Tavares & Santiago (2001, *cit in.* Silva & Duarte, 2012) deverão considerar-se os resultados (avaliados de uma forma objetiva) e a satisfação demonstrada pelo aluno, (avaliados de forma subjetiva), como os indicadores de sucesso. Em contrapartida, para Martins (1993), um aluno tem insucesso escolar quando este não atinge as metas dentro dos limites temporais estabelecidos, originadas taxas de reprovação elevadas e consequentemente a repetição de anos escolar ou até mesmo o abandono escolar.

No entanto, os alunos entrevistados revelam ter tido um percurso bastante normal, não caracterizado pelo insucesso escolar, com os altos e baixos naturais do processo de aprendizagem, com disciplinas mais difíceis do que outras, mas sem reprovações ou negativas, o que também é provado pela média de idades da turma, 17 anos, média

adequada a uma turma do 12º ano. Alves, Viseu & Cruz (2001) sublinham que são os alunos mais velhos, ou seja, aqueles que apresentam uma idade superior à suposta para frequentar o ensino secundário, que são mais marcados pelo insucesso escolar, demonstrando que a idade é responsável por um efeito acumulador desse insucesso.

#### **4.3.2. Dos pontos fortes e dos pontos frágeis**

Relativamente ao curso escolhido os alunos concordam que este, em termos de ensino oferecido, este é muito bom, extremamente dinâmico focando a parte prática no que concerne ao desenvolvimento de programas, bases de dados e apps. Além disso, é um curso que se encontra bem planeado, com conteúdos aplicáveis ao contexto de trabalho, sendo, por isso, um curso bastante bom para preparar futuros profissionais da área da informática:

*“(...) em termos de ensino, esta perfeito.”* (Entrevista 1)

*“Em relação ao ensino oferecido acho excelente (...)”* (Entrevista 3)

*“O curso é bastante pratico pois foca-se no desenvolvimento de programas, base de dados e apps”* (Entrevista 5)

*“Curso bem planeado e útil (...)”* (Entrevista 8)

*“(...) o ensino oferecido é bom, bons professores (...)”* (Entrevista 9)

*“Curso pratico e dinâmico”* (Entrevista 13)

*“(...) aqui temos que fazer muita prática”* (Entrevista 19)

*“O meu curso é bom e dinâmico”* (Entrevista 20)

Ao falar do seu curso os alunos do ensino profissional realçam o seu carácter prático quando comparados com os cursos do ensino normal. Esta ideia vai de encontro ao que é preconizado por Orvalho e Alonso (2011) que referem que os cursos profissionais são uma modalidade de educação que se caracteriza por ter uma estreita ligação com o mundo profissional. Deste modo, e tendo em conta o perfil profissional pretendido, a

aprendizagem vai valorizar o desenvolvimento de competências para o exercício de uma profissão, em estreita ligação com o tecido empresarial local.

No entanto, e apesar do bom ensino, referido pela generalidade dos alunos, estes referem que as diferentes ferramentas e diferentes programas podiam ser mais explorados:

*“Penso que podíamos explorar mais programas, ou ferramentas (...)”.*  
(Entrevista 1)

Alguns dos alunos entrevistados referem que, na área do seu curso, no caso, a área das tecnologias de informação e comunicação, muitos recursos não são explorados tal como gostariam. Estes são jovens que dão grande valor à componente prática do curso, como revela o estudo realizado por Santos (2016) em que existe uma grande valorização da componente prática do curso com mais de metade dos inquiridos a considerar que os conhecimentos práticos obtidos durante o curso são bons ou muito bons e que os prepara convenientemente para a vida profissional.

A complexidade e a exigência do curso são também referidas, indo contra a ideia comum de que os cursos profissionais são substancialmente mais fáceis:

*“O curso profissional é um curso que exige muito do aluno (...)”.* (Entrevista 6)

*“É um curso complicado para quem não gosta (...)”* (Entrevista 7)

*“Apesar do nível de exigência em certas disciplinas ser diferente, oferece uma boa preparação (...)”* (Entrevista 17)

Existe muito estigma ainda associado ao ensino profissional, sendo vários aqueles que pensam que esta é uma escolha forçada ou uma última escolha para aqueles que são protagonistas de trajetórias de insucesso e sendo provenientes de classes mais baixas, criando formas veladas de exclusão social (Alves, 2007). A desvalorização do ensino profissional deve-se à convicção que o ensino secundário se orienta numa exigência científica superior devido ao acesso à universidade, fazendo com que o ensino

profissional seja visto como uma segunda escolha daqueles que não têm capacidade de cumprir essa exigência (Alves, 1999). No entanto, e por se privilegiar uma coordenação entre o sistema educativo e o mercado de trabalho, não descurando uma formação sólida ao nível científico, tecnológico e sociocultural, os jovens que ingressam no ensino profissional são dotados de um conjunto alargado de competências, apesar de ser um ensino claramente direcionado para o exercício profissional (Alves, 2007).

As únicas desvantagens referidas relacionam-se, em primeiro lugar, com a grande carga horária do curso e, em segundo lugar, apesar de bons professores, muitos não se encontram adequados às características do ensino profissional:

*“(...) acho que a única desvantagem é o extenso horário.”* (Entrevista 3)

*“(...) não gosto dos horários”* (Entrevista 11)

*“(...) nem todos os professores serem adequados para este tipo de ensino”*  
(Entrevista 17)

*“as vezes não temos o professor certo para aquela área.”* (Entrevista 18)

Orvalho e Alonso (2011, p.94) refere que *“o professor do ensino profissional (enquanto profissional do ensino) faz o desenvolvimento curricular partindo da análise da situação do aprendente e desenvolve o processo para que este aprenda, em vez de organizar os conteúdos (enquanto profissional de um saber). O professor do ensino profissional faz a mediação entre o saber e o aluno, através da organização, da seleção da sequencialidade e articulação dos saberes (estrutura modular) e da gestão do percurso estratégico (progressão modular), para que os alunos atinjam o perfil de saída (certificação).”* De acordo com Azevedo (1995) o professor/formador da escola profissional deve ter uma formação específica na área que leciona, deve possuir formação pedagógica, conhecer as finalidades do projeto educativo das escolas profissionais, adequar-se às modalidades específicas do ensino aprendizagem, inserir-se na comunidade e nas dinâmicas locais, ser aberto à inovação e ter gosto pelo trabalho contínuo em equipa de professores. Pelo discurso dos alunos, muitos deles não apresentam todas estas características.



No entanto, e apesar da opinião dos alunos, todos os professores a lecionar no âmbito do ensino profissional têm que apresentar habilitações para tal, de acordo com o n.º 3 do artigo 12.º do Decreto-Lei 4/98 de dia 8 de janeiro que diz “para a docência das componentes de formação sociocultural e científica, os professores e os formadores devem possuir as habilitações legalmente exigidas para os graus correspondentes do ensino secundário regular”.

#### **4.3.3. Perspetivas de futuro**

Outra questão muito importante prende-se com o futuro e com as expetativas do futuro. Em relação às perspetivas de futuro relacionadas com a sua experiência no curso profissional, nomeadamente se este prepara para o ensino superior, as opiniões dividem-se. Uns afirmam que este tem a capacidade de preparar os alunos para o mundo do trabalho, mas também para ingressarem no ensino superior, com ajuda dos professores e também com um esforço extra no concerne ao estudo, empenho e dedicação:

*“Prepara porque há sempre professores que nos ajudam nessa variável”*  
(Entrevista 2)

*“Na minha opinião prepara muito bem porque para haver a prática temos de saber a teoria (...)”* (Entrevista 3)

*“O ensino profissional prepara para o ensino superior, apesar de possuir uma componente mais pratica.”* (Entrevista 4)

*“Sim, pois se quiserem ir para o ensino superior, a prática que dei no profissional vai ajudar imenso”* (Entrevista 6)

*“Sim, apesar de ser necessário um esforço extra para o acesso ao ensino superior (...)”* (Entrevista 17)

Apesar de o ensino superior não ser a saída preferencial para os alunos do ensino profissional, uma parte significativa dos jovens afirmou pretender prosseguir estudos, reconciliando-se, de certa forma, com a escola. É verdade que os cursos profissionais são “vocacionados para a qualificação profissional dos alunos, privilegiando a sua inserção no mundo do trabalho e permitindo o prosseguimento de estudos” (D.L. 139/2012). Mas, devido ao currículo bastante prático, vai dificultar bastante o acesso ao ensino superior por parte de um jovem que decide por um curso profissional.

Já outros são da opinião que o ensino profissional não tem a capacidade de preparar os alunos para se candidatarem ao ensino superior, uma vez que não dão muitas bases teóricas, sendo que muitas disciplinas são dadas de modo menos profundo quando comparados com o ensino regular, revelando a orientação para o mundo do trabalho e não para a continuação dos estudos:

*“Não considero que o curso profissional nos prepare para o ensino superior, pois não nos dá bases para tal”* (Entrevista 5)

*“Teoricamente não nos prepara para quem quer ir para o ensino superior”* (Entrevista 7)

*“Não, pois as provas de acesso são normalmente de português e matemática e estas disciplinas são dadas de uma forma muito menos profunda”* (Entrevista 8)

*“Não prepara para o ensino superior, foi direcionado pra o mundo do trabalho”* (Entrevista 13)

*“Não, pois a matéria dada, por exemplo a matemática não é a mesma do ensino superior”* (Entrevista 16)

Em suma, a maior parte da amostra refere que tem como objetivo principal acabar o curso profissional e fazer os exames nacionais de modo a ingressar no ensino superior, especialmente no politécnico, para tirar cursos relacionados com informática e gestão, sendo que muitos professores do curso apoiam esta decisão, como se pode observar pelo discurso dos alunos entrevistados:

*“Pretendo tirar um curso superior”* (Entrevista 3)

*“Espero fazer uma licenciatura”* (Entrevista 9)

*“(...) irei tirar um ano para adquirir bases para o ensino superior”* (Entrevista 5)

*“Apos a conclusão do seu curso, é ir para o politécnico (...)”* (Entrevista 6)

*“Continuar a estudar (politécnico ou universidade)”* (Entrevista 8)

*“Licenciar-me em engenharia informática”* (Entrevista 10)

*“Tirar o curso de gestão e contabilidade”* (Entrevista 11)

*“Ensino superior e ter um bom emprego”* (Entrevista 16)

No entanto, os dados recolhidos nesta investigação, tendo em conta os jovens que foram entrevistados, não estão de acordo com os estudos de Azevedo (2000) e Martins, Pardal & Dias (2005), uma vez que este estudo demonstra que, na realidade, existem vários alunos que têm a pretensão de seguir estudos em vez de ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso profissional, algo que não é confirmado nos estudos referidos. Alves, Viseu & Cruz (2001) referem que, apesar de ser menos comum, existem alunos que ingressam no ensino profissional com o objetivo traçado de seguirem para o ensino superior, considerando que é esta modalidade de ensino que os melhor prepara para a progressão dos estudos, especialmente se o que é pretendido é entrar num instituto politécnico onde o ensino é marcadamente mais prático quando comparado com o ensino de uma universidade normal. Existem ainda aqueles jovens que pretendem ser trabalhadores estudantes enquanto estiverem a frequentar o ensino superior, sendo muito mais fácil arranjar trabalho se tiverem frequentado um curso profissional (Alves, Viseu, & Cruz, 2001).

Mas como é óbvio, o mercado de trabalho é também uma importante expectativa de futuro, ou seja, muito destes alunos pretendem ingressar no mercado de trabalho após a conclusão do curso profissional:

*“Após a conclusão do curso eu gostaria de ir trabalhar.”* (Entrevista 2)

*“Entrar no mercado de trabalho (...)”.* (Entrevista 7)

*“Arranjar trabalho”* (Entrevista 9)

*“Estou a pensar numa empresa qualquer”* (Entrevista 15)

Estes resultados corroboram os obtidos por Silva (1999), que, no seu estudo, revelou que os jovens inquiridos entraram no ensino profissional tendo como principal objetivo a conclusão dos estudos após o 12º ano e um ingresso rápido e fácil no mercado de trabalho. No entanto, não foram poucos os alunos que referiram o ingresso no ensino superior, especialmente do politécnico.

## CONCLUSÃO

O presente trabalho de investigação teve com premissa investigar, tendo como base uma turma de um curso do ensino profissional, quais as perceções atribuídas por estes jovens relativamente ao ensino profissional, dando especial destaque as suas razões e motivações para terem tomado esta decisão.

Foi, então, feita uma caracterização do ensino profissional, tendo em conta as experiências dos alunos, assim como se apresentaram os processos inerentes à escolha associados à entrada no ensino profissional, nomeadamente nas razões, no facto de existir algum tipo (ou não) de influência por via de terceiros e também falar sobre as expectativas que estes têm para o futuro.

Todos os alunos, de um modo geral, parecem saber conhecer os fatores subjacentes relacionados com o ensino profissional que o fazem ser diferente e uma alternativa ao ensino regular. Fatores como a grande componente prática, a estrutura modular de ensino, a preparação para o mundo de trabalho após a conclusão do curso e uma grande carga horária associada aos conteúdos práticos são referidos na sua globalidade pelos alunos entrevistados, sendo precisamente esses os principais fatores que diferem o ensino profissional do ensino secundário regular.

Para estes alunos, e ao contrário do preconceito normalmente associado ao ensino profissional, referindo-o como sendo um recurso ou uma última oportunidade de conclusão do 12º ano de alunos com insucesso escolar associado, o ensino profissional é uma verdadeira e consciente opção, sendo o carácter instrumental e prático do programa de estudos que mais os atrai, permitindo, nas palavras destes, seguirem para o ensino superior, especialmente o politécnico, também por ser uma matriz mais prática, quando comparado com o ensino normal. Esta decisão foi tomada pela maioria dos alunos de forma autónoma, realçando, porém, alguma influência de terceiros, especialmente dos pais e dos psicólogos.

O ensino profissional aparece, então, como uma alternativa viável para estes alunos, que na conclusão do curso ficam com um nível de aptidão do nível IV, prontos para o mundo

de trabalho e para desempenhar uma profissão exigente e adaptada às contantes mutações dos dias de hoje. Ao mesmo tempo, os alunos consideram estes cursos como uma mais-valia para o ingresso no ensino superior, ao contrário da ideia normalizada na sociedade, que estes cursos não estão preparados para tal.

As expectativas destes alunos é de conseguirem ingressar no ensino superior, especialmente no politécnico e mais tarde conseguirem um emprego na área, neste caso, na área de informática, comprovando que, apesar de este ser um subsistema de ensino mais prático, direcionado para o mercado de trabalho e para a vida ativa, este não determina que os jovens optem pela inserção imediata no mercado de trabalho após a conclusão do curso. Como é óbvio, esta ainda é uma grande razão para os jovens ingressarem nesta modalidade de ensino, no entanto esta não é exclusiva.

Estas evidências demonstram que as perceções dos alunos são bastante condicionadas pelos seus objetivos futuros que, ao contrário do que seria esperado, não se cingem apenas no ingresso no mercado de trabalho, mas também no prosseguimento de estudos de nível superior. Verifica-se que os alunos enfatizam algumas dimensões, nomeadamente o conteúdo dos cursos e a sua praticidade e o facto de estes se constituírem como uma alternativa formativa positiva e não apenas como um último recurso para acabar o secundário, uma vez que, no geral, os alunos apresentam uma visão bastante positiva dos cursos profissionais e mais especificamente do curso que estão a tirar, apoiando assim a ideia da existência de percursos alternativos escolares que vão servir diferentes perfis profissionais.

No que concerne às limitações, existem vários aspetos que merecem uma análise crítica e devem ser melhorados em estudos futuros. A primeira limitação que se pode apontar é a impossibilidade de generalização dos resultados, algo subjacente ao método qualitativo escolhido para este trabalho. Como se pode concluir ao analisar a discussão dos resultados, a amostra escolhida para este trabalho não reflete muitas das conclusões presentes na literatura sobre o tema, por exemplo, relativamente ao insucesso escolar, sendo uma amostra marcada pelos bons resultados. Também é uma amostra que nunca referiu que o curso era apenas uma opção para concluir os estudos, sendo referida como uma verdadeira opção de estudo ponderada.

Em termos de trabalhos futuros, seria importante fazer uma análise mais profunda das variáveis sociodemográficas dos alunos e da sua relação com a escolha por cursos profissionais, por exemplo, fazer o levantamento das características dos alunos da presente amostra e compará-las com as de outros estudos, de forma a perceber se estas têm a ver com as respostas diferentes que se obtiveram, uma vez que, pela literatura analisada, verifica-se uma grande influência das condições sociais do aluno no ingresso no ensino profissional. Seria também interessante perceber o futuro destes jovens após a conclusão do curso, de acordo com uma ótica longitudinal da investigação, percebendo se, efetivamente, ingressaram no ensino superior ou no mercado de trabalho e quais são os principais desafios e obstáculos a ultrapassar tanto num como noutro contexto.

Outra linha de investigação interessante de trabalhos futuros prende-se com o estudo entre as diferenças entre um professor do ensino regular e um professor do ensino profissional. Após a realização da pesquisa para o presente trabalho identificou-se uma lacuna no que toca a uma análise entre o perfil de um professor do ensino regular e do ensino profissional. Sendo duas modalidades diferentes de ensino, com contextos muito próprios, os próprios docentes vão ser necessariamente diferentes, sendo que este seria um interessante trabalho de investigação tendo em vista a melhoria do ensino profissional.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Allen, J. & Van Der Velden, R. (2001). Educational mismatches versus skill mismatches: effects on wages, job satisfaction, and on-the-job search. *Oxford Economic Papers*, 53, 434-452.

Almeida, A. J. (2007). Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal. *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2, 51-58.

Alves, M. J. (1999) *Crises e Dilemas do Ensino Secundário – em busca de um novo paradigma*. Porto: CRIAP – Ed. ASA.

Alves, N. (2007) E se a melhoria da empregabilidade dos jovens escondesse novas formas de desigualdades? *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2, 59-68.

Almeida, A. & Alves, N. (2011). Políticas de Formação Profissional Contínua em Portugal: Convergências e Divergências entre os Setores Público e Privado. *Investigação e Intervenção em Recursos Humanos*, 709-722.

Amendoeira, J. (2012). *A Ética das Profissões – Ética e deontologia profissional*. [em linha]. Disponível em: <https://repositorio.ipsantarem.pt/bitstream/10400.15/671/1/%C3%88tica%20das%20profiss%C3%B5es.pdf>. Acedido a 29 de novembro de 2019.

Azevedo, J. (1991). *Educação Tecnológica: anos 90*. Porto: Edições ASA

Azevedo, J. (org.) (1995) *O Ensino Secundário em Portugal*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação.

Azevedo, J. (2009). Escolas Profissionais 1989-2009: As Oportunidades e os Riscos de uma Inovação Educacional que viajou da Margem para o Centro. *Propuesta Educativa da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais*, 12-49.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.

- Bernardes, A. C. (2011). *Políticas e práticas de formação em grandes empresas: Situação actual e perspectivas futuras*. Lisboa: IEUL.
- Blaxter, L., Hughes, C., & Tight, M. (2005). *Como se hace una investigación*. Barcelona: Editorial Gedisa.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em educação, uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Canário, R. (2009). Prefácio. In V. Almeida (2010), *O mediador sócio-cultural em contexto escolar* (pp.11- 13). Mangualde: Edições Pedago.
- Cardim, J. (1999). *O Sistema de Formação Profissional em Portugal*. S/L: CEDEFOP.
- Cardim, J. (2005). *Do Ensino Industrial à Formação Profissional: As políticas públicas de qualificação em Portugal*. Lisboa: ISCSP-UTL.
- Creswell, J. (2010). *Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Bookman.
- Cunha, M. (2000). *O profissional da informação: formação e mercado de trabalho*. São Paulo: APB.
- Cunha, M. P., Rego, A., Cunha, R. C., & Cabral Cardoso, C. (2004). *Manual de Comportamento Organizacional e Gestão*. Lisboa: RH Editora.
- Denzin, N. & Lincoln, Y. (2000). *The discipline and practice of qualitative research*. London: Sage Publications.
- Dias, J. (1996). *A problemática da relação família/escola e a criança com necessidades educativas especiais*. Trabalho de Fim de Curso, Instituto Jean Piaget, Portugal.
- Diniz, M. (2001). *Os donos do saber*. Rio de Janeiro: Revan.



Fialho, J., Silva, C. A., & Saragoça, J. (2013). *Formação Profissional-Práticas organizacionais, políticas públicas e estratégias de ação*. Lisboa: Edições Sílabo.

Fortin, M. (2009). *O Processo de investigação: da conceção à realização*. Loures: Lusociência.

Garrido, J. (2003). *A contribuição do ensino profissional para a construção da autoestima dos jovens*. Tese de Mestrado (não publicada), Universidade da Beira Interior.

GETAP, G. d. (1992). *Estrutura modular nas escolas profissionais*. Lisboa: Ministério da Educação.

Grácio, S. (1998). *Ensinos Técnicos e Política em Portugal 1910/1990*. Lisboa: Instituto Piaget.

Graue, M. & Walsh, D. (1998). *Studying children in context: Theories, methods & ethics*. Thousand Oaks: Sage Publications.

Lopes, J. (2000). A escola como espaço social, prática pedagógica e processo de trabalho: reflexões. *Pro-Posições*, 1 (32), 61-68.

Lopes, R. (2005). *Concepções Científicas e Pessoais sobre a Educação/Formação Profissional: Contributos para a elaboração de um modelo teórico*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho.

Marcelo, C. (2009). Desenvolvimento profissional docente: passado e futuro. *Ciências da Educação*, 8, 7-22.

Marconi, M., & Lakatos, E. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Editora Atlas S. A.

Martins, A. M., Pardal, L., & Dias, C. (2005). Ensino Técnico E Profissional: Natureza Da Oferta E Da Procura. *Interações*, 1, 77-97.

Nóvoa, A. (1995). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

Orvalho, L. e Alonso, L. (2011). *A estrutura modular nos cursos profissionais das escolas secundárias públicas do modelo curricular às práticas. Uma investigação colaborativa*. Revista Portuguesa de Educação Educacional, 10, 77-118.

Piletti, N. (2002). *Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental*. São Paulo: Ed. Ática.

Pires, E., Fernandes A. & Formosinho, J. (1991). *A construção Social da Educação Escolar*. Porto: Edições Asa.

Quivy, R & Campenhoudt, L. (1992). *Manuel de recherche en sciences sociales*. Paris: PUF.

Roiz, D. (2018). *A Educação em Perspetiva Histórica – Temas e Problemas*. Serra: Editora Milfontes.

Roldão, M. (2007). Função docente: natureza e construção do conhecimento profissional. *Revista Brasileira de Educação*, 12 (34), 94-181.

Sadiq, A., Kire, C. & Kwairanga, H. (2002). The Importance of Vocational/Technical Education in National Integration and Cohesion. *Development and International Cooperation*, 1.3 (1), 115-126.

Santos, M. (2016). *As vozes dos alunos de uma escola profissional sobre o ensino profissional – um estudo*. Dissertação de Mestrado em Administração e Gestão Educacional, Universidade Aberta.

Serralheiro, J. P. et al (1995). *A Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis e o Ensino Técnico Profissional e Artístico em Portugal*. Porto: Escola de Artes Decorativas Soares dos Reis.

Serapioni, M. (2000). Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciências da Saúde Colectiva*, 5(1), 187-192.

Silva, C. G. (1999). *Escolhas escolares, heranças sociais: origens, expectativas e aspirações dos jovens no ensino secundário*. Oeiras: Celta Editora.

Sousa, A. (2005). *Investigação em Educação*. Lisboa: Livros Horizonte.

Targino, M. (2000). Quem é o profissional da informação? *Transinformação*, 12 (2), 61-69.

Terrasêca, M. (1996). *O Instrumento de Pesquisa: a entrevista*. In *Referenciais Subjacentes à Estruturação das Práticas Docentes – Análise dos Discursos dos/as professores/as*. Porto: FPCEUP.

## **ANEXOS**

### **Anexo 1 – Guião da Entrevista**

O meu nome é xxxxxx e encontro-me a frequentar o mestrado de xxxxxx da Universidade xxxxx. A presente entrevista tem como objetivo a recolha de dados para posterior análise, servindo como elemento central para a realização da minha dissertação de mestrado com o tema Ensino Profissional: Vocação e Recurso?

As respostas dadas serão utilizadas exclusivamente para fins académicos, sendo mantido o anonimato de todos aqueles que colaborarem com este estudo.

Desde já agradeço a sua colaboração!

1. Quais considera ser as principais diferenças entre o ensino regular e o ensino profissional?
2. Considera que o ensino profissional se constitui como uma verdadeira opção de estudo ou é apenas um recurso para aqueles alunos com mais dificuldades ao nível escolar?  
Justifique
3. Quais foram os seus motivos e interesses que o levaram a optar pelo ensino profissional em detrimento do ensino regular?
4. Escolheste ir para o ensino profissional de forma autónoma, ou seja, a escolha foi só tua ou foste influenciado por terceiros (pais, professores)?
5. Como foi o seu percurso escolar até este momento?
6. Qual o curso que frequenta? O curso profissional que frequenta foi a primeira escolha? Porquê?
7. Como descreve o seu curso e o ensino oferecido?
8. Considera que o ensino profissional o prepara para o ensino superior, apesar de possuir uma componente marcadamente mais prática? Porquê?
9. Quais são as suas expetativas em termos de futuro, após a conclusão do seu curso?

## Anexo 2 – Análise de Conteúdo das Entrevistas

<b>Categoria</b>	<b>Subcategoria</b>	<b>Unidade de Registo</b>	<b>Unidade de Contexto</b>
<b>Perceções sobre o Ensino Profissional</b>	Diferenças entre o Ensino Profissional (EP) e o Ensino Regular (ER)	ER mais teórico, EP mais prático;	<p><i>“O ensino profissional é muito mais teórico, sendo o ensino profissional mais prático”</i></p> <p><i>“O curso profissional é um curso que envolve mais atividades práticas do que teóricas”</i></p> <p><i>“No curso profissional temos contacto direto com o trabalho, ajudamos bastante a preparar o futuro.”</i></p> <p><i>“Um aluno do ensino profissional esta pronto para entrar para o mundo do trabalho no final do 12 ano”</i></p>
		Disciplinas diferentes	<p><i>“(…)é existir diferença de disciplinas, por exemplo Matemática A e Matemática B”</i></p> <p><i>“(…) as matérias lecionadas são diferentes em algumas disciplinas (...)”</i></p>
		ER: aptidão nível 3; EP: aptidão nível 4	<p><i>“ensino regular: no final do 12 ano o aluno fica com aptidão nível 3”</i></p> <p><i>“ensino profissional: no final do 12 o aluno fica com aptidão nível 4”</i></p>

		ER: entrada na universidade mais acessível	<p><i>“Outra grande diferença, mas desta vez a beneficiar o regular é a entrada para a universidade, que é bem mais acessível”</i></p> <p><i>“o ensino regular nos prepara para a faculdade”</i></p> <p><i>“O ensino regular é um dos melhores em termos de aprendizagem, pois com ele conseguimos tirar cursos muito bons como medicina, engenharia”</i></p>
		EP: Preparação para o mundo do trabalho	<p><i>“(…)nos profissionais têm mais chances dadas do que no regular, e treinam-nos desde logo para trabalhar.”</i></p> <p><i>“(…)o ensino profissional preparam nos para o mundo do trabalho”</i></p> <p><i>“os cursos profissionais abrem nas muitas portas no mundo do trabalho”</i></p>
		EP: maior carga horária	<p><i>“(…) os cursos profissionais têm maiores cargas horarias”</i></p> <p><i>“As principais diferenças são claramente a carga horaria, sobrecarregando os alunos do ensino profissional (…)”</i></p>

			<p><i>“A carga horaria é muito completa de forma a cumprir o plano”</i></p> <p><i>“carga horaria ser muito elevada”</i></p> <p><i>“As principais diferenças são a carga horaria é muito maior no ensino profissional”</i></p> <p><i>“(…)a grande diferença de horas pois na via profissional os horários são preenchidos de manha ate à tarde todos os dias.</i></p>
		ER: maior grau de dificuldade	<p><i>“A profundidade das matérias dadas no profissional e no regular são diferentes, sendo o regular mais difícil”</i></p> <p><i>“O ensino regular tem métodos de ensino muito exigentes”</i></p>
		EP: sem exames nacionais	<i>“(…) não termos exames nacionais”</i>
		EP: composto por módulos	<i>“O fato do ensino profissional ser composto por módulos (...)”</i>
		EP: estágio incluído	<i>“Horário, preparação para emprego e estágio.”</i>
	EP como opção de estudo ou um recurso	Uma opção de estudo	<i>“(…)este curso é mais para estudo, pois sem nós o mundo não evolui (...)”</i>

			<i>“é uma grande oportunidade de estudo, pois é um curso que te das muitas oportunidades”</i>
		Perceção mais positiva do EP	<p><i>“as pessoas vinham para aqui “porque não tinham que estudar”, mas hoje em dia é diferente devido ao facto de nos termos de aplicar bastante para passar.”</i></p> <p><i>“ambas as formas de ensino trabalho dedicação e esforço.”</i></p> <p><i>“ao contrario do estigma e fama de que os cursos profissionais são para “burros” não são para burros mas para pessoas com os objetivos bem definidos”</i></p>
		Importante recurso para o mundo do trabalho	<p><i>“o ensino profissional é para qualquer aluno, ou seja, é um recurso útil para um futuro emprego”</i></p> <p><i>““o ensino profissional como uma verdadeira opção de estudo, visto que o aluno obtém estatuto profissional”</i></p> <p><i>“E uma verdadeira opção pois se gostarmos da área onde estamos temos sempre saída”</i></p>
	Motivos de escolha do EP	Vocação profissional	<i>“Escolhi o ensino profissional pois adoro programação (...)”</i>



			<p><i>“Um fator bastante importante é gostar desta área”</i></p> <p><i>“(…) o curso interessa-me no seu desenvolvimento de programas e apps.”</i></p> <p><i>“Interesse pelo curso, no meu caso programação de sistemas informáticos”</i></p> <p><i>“Gosto de trabalhar com computadores e programar.”</i></p>
		Antecedentes familiares	<p><i>“o meu pai trabalha na área da informática e ser uma mais valia para o currículo”</i></p>
		Ingresso no mundo do trabalho	<p><i>“(…) a abertura que este curso nos de no mundo do trabalho.”</i></p> <p><i>“(…) ser digamos “mais fácil”, arranjar emprego nas áreas em questão”</i></p>
		Influência de terceiros	<p><i>“Eu no início não sabia que o ensino profissional existia, só optei por isto por conselho da psicóloga.”</i></p> <p><i>“Todos me disseram que era uma boa opção ir para o profissional”</i></p> <p><i>“no primeiro ano um amigo que estava no ultimo ano do curso de programação falou me</i></p>

			<i>do curso e eu decidi então trocar”</i>
		Alternativa ao ER	<i>“Não consegui adaptar-me ao curso regular e por isso vim para o profissional”</i>  <i>“(…) optei por mudar para o ensino profissional apos passar um ano no ensino regular pois procurava um ensino mais foca do na área que gostava (…)”</i>
<b>Curso escolhido (Programação de Sistemas Informáticos)</b>	Razões de escolha	Gosto pelo curso	<i>“entrei porque gosto do curso”</i>
	Primeira ou segunda escolha	Primeira opção	<i>“Sim, foi a primeira escolha”</i>  <i>“Sim, o curso profissional foi a primeira escolha”</i>  <i>“(…) este curso foi a minha primeira escolha devido ao meu interesse pela programação”</i>  <i>“(…) este curso foi a minha primeira escolha pois está relacionado com os meus interesses (…)”</i>
		Segunda opção	<i>“não foi a primeira opção (era desporto)”</i>  <i>“(…) não foi a primeira opção, tinha outro curso em mente, mas mudei para programação”</i>

			<p><i>“não foi a primeira escolha porque queria ir para o curso de hardware”</i></p> <p><i>“( ... ) foi a minha segunda opção ( ... ) troquei porque achei mais apelativo.”</i></p> <p><i>“Não foi a minha primeira escolha pois estava indeciso.”</i></p>
	Escolha autónoma versus influência	Escolha autónoma	<p><i>“( ... ) foi de forma autónoma.”</i></p> <p><i>“Não fui influenciado por ninguém a escolher o ensino profissional ( ... )”.</i></p> <p><i>“Foi a minha escolha vir para o ensino profissional”</i></p> <p><i>“Escolhi o ensino profissional de forma autónoma depois de ouvir opiniões de colegas”</i></p>
		Influência de terceiros (amigos, família, psicóloga, professores)	<p><i>“( ... ) foi devido aos meus amigos”.</i></p> <p><i>“Fui talvez influenciada pelo minha mãe ( ... )”</i></p> <p><i>“Por conselho da psicóloga”</i></p> <p><i>“Psicóloga a escola”</i></p> <p><i>“Influenciado pela Psicóloga”</i></p>

			<i>“(...) também tive ajuda dos professores e dos pais.”</i>
	Descrição do curso escolhido	Ensino bom e prático	<i>“(...) em termos de ensino, esta perfeito.”</i>  <i>“Em relação ao ensino oferecido acho excelente (...)”</i>  <i>“O curso e bastante pratico pois foca no desenvolvimento de programas, base de dados e apps”</i>  <i>“Curso bem planeado e útil (...)”</i>  <i>“(...) o ensino oferecido é bom, bons professores (...)”</i>  <i>“Curso pratico e dinâmico”</i>  <i>“(...) aqui temos que fazer muita prática”</i>  <i>“O meu curso é bom e dinâmico.”</i>
		Possibilidade de maior exploração	<i>“Penso que podíamos explorar mais programas, ou ferramentas (...)”.</i>
		Preparação para o mundo do trabalho	<i>“O curso é bastante bom porque aprendemos como é o mundo do trabalho (...)”.</i>

			<i>“(...) oferece uma boa preparação para o mundo do trabalho”</i>
		Horário demasiado extenso	<i>“(...) acho que a única desvantagem é o extenso horário.”</i>  <i>“(...) não gosto dos horários”</i>
		Curso complexo	<i>“O curso profissional é um curso que exige muito do aluno (...)”.</i>  <i>“É um curso complicado para quem não gosta (...)”</i>  <i>“Apesar do nível de exigência em certas disciplinas ser diferente, oferece uma boa preparação (...)”</i>
		Professores não adequados	<i>“(...) nem todos os professores serem adequados para este tipo de ensino”</i>  <i>“as vezes não temos o professor certo para aquela área.”</i>
<b>Percurso Escolar</b>	Descrição do percurso escolar	Aproveitamento ascendente e positivo	<i>“No início da escola básica, tinha notas de valores negativos, mas até hoje vim a melhorar bastante”</i>  <i>“Na minha opinião tem sido bom, algumas notas razoáveis outras melhores (...)”</i>  <i>“Tem corrido bem e espero que continue.”</i>

			<p><i>“O meu percurso ate este momento esteve bem”</i></p> <p><i>“Foi bom, obvio que teve os seus altos e baixos.”</i></p> <p><i>“Foi muito proveitoso, aprendi muitas matérias novas (...)”</i></p> <p><i>“O meu percurso escolar até agora foi bom, sem retenções nem negativas.”</i></p> <p><i>“Até ao 9º ano era aluno com preguiça, mas desde o 10º para cá tenho me empenhado e o gostar de fazer motiva para isso”</i></p>
		Aproveitamento normal/razoável	<p><i>“Acho que normal, com alguns altos e baixos.”</i></p> <p><i>“Foi normal, nunca tive nenhuma advertência nem chumbei.”</i></p> <p><i>“Razoável”</i></p> <p><i>“Percurso normal”</i></p>
		Dificuldades em disciplinas	<p><i>“Aproveitador, tirando as minhas dificuldades ao nível do inglês”</i></p> <p><i>“(…), a minha matemática é um lixo”</i></p>
<b>Perspetivas de futuro</b>	Preparação para o ensino superior	Vocacionado para o mundo do trabalho	<i>“O curso profissional prepara para o mundo do trabalho, pois como diz a pergunta o curso é mais pratico.”</i>

			<p><i>“O ensino profissional prepara também a vida profissional, ou seja, para um emprego”</i></p> <p><i>“o ensino profissional prepara mais para o mundo do trabalho, não propriamente para o ensino superior”</i></p> <p><i>“Sim porque de qualquer maneira ira-nos ajudar a desenvolver a nossa capacidade”</i></p>
		Apropriado para o ingresso no ensino superior	<p><i>“Prepara porque há sempre professores que nos ajudam nessa variável”</i></p> <p><i>“Na minha opinião prepara muito bem porque para haver a prática temos de saber a teoria (...)”</i></p> <p><i>“O ensino profissional prepara para o ensino superior, apesar de possuir uma componente mais pratica.”</i></p> <p><i>“Sim, pois se quiserem ir para o ensino superior, a pratica que dei no profissional vai ajudar imenso”</i></p> <p><i>“Sim, apesar de ser necessário um esforço extra para o acesso ao ensino superior (...)”</i></p>

		Não prepara para o Ensino Superior	<p><i>“Não considero que o curso profissional nos prepare para o ensino superior, pois não nos dá bases para tal”</i></p> <p><i>“Teoricamente não nos prepara para quem quer ir para o ensino superior”</i></p> <p><i>“Não, pois as provas de acesso são normalmente de português e matemática e estas disciplinas são dadas de uma forma muito menos profunda”</i></p> <p><i>“Não prepara para o ensino superior, foi direccionado pra o mundo do trabalho”</i></p> <p><i>“Não, pois a matéria dada, por exemplo a matemática não é a mesma do ensino superior”</i></p>
	Expetativas após conclusão do curso	Ingressar no ensino superior	<p><i>“Pretendo tirar um curso superior”</i></p> <p><i>“Espero fazer uma licenciatura”</i></p> <p><i>“(…) irei tirar um ano para adquirir bases para o ensino superior”</i></p> <p><i>“apos a conclusão do seu curso, é ir ao politécnico (...)”</i></p>



			<p><i>“Continuar a estudar (politécnico ou universidade)”</i></p> <p><i>“Licenciar-me em engenharia informática”</i></p> <p><i>“Tirar o curso de gestão e contabilidade”</i></p> <p><i>“Ensino superior e ter um bom emprego”</i></p>
		Ingressar no exército	<p><i>“(…) estudar Matemática A este ano, para entrar na Marinha, escola naval (...)”</i></p> <p><i>“trabalhar durante um ano enquanto estudo para matemática A para entrar na força aérea”</i></p>
		Ingressar no mundo do trabalho	<p><i>“Após a conclusão do curso eu gostaria de ir trabalhar.”</i></p> <p><i>“Entrar no mercado de trabalho (...)”.</i></p> <p><i>“Arranjar trabalho”</i></p> <p><i>“Estou a pensar numa empresa qualquer”</i></p>